

KLENICY KAZUMY DE LIMA YAMAGUCHI
SALATIEL DA ROCHA GOMES

MÚLTIPLOS OLHARES SOBRE A

ex ter nação

UNIVERSITÁRIA NO CONTEXTO
AMAZÔNICO



Quilômetro
Cultural

MÚLTIPLOS OLHARES SOBRE A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CONTEXTO AMAZÔNICO



KLENICY KAZUMY DE LIMA YAMAGUCHI
SALATIEL DA ROCHA GOMES

**MÚLTIPLOS OLHARES SOBRE A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
NO CONTEXTO AMAZÔNICO**

1ª Edição

Quipá Editora
2025

Copyright © dos autores e autoras. Todos os direitos reservados.

Esta obra é publicada em acesso aberto. O conteúdo dos capítulos, os dados apresentados, bem como a revisão ortográfica e gramatical são de responsabilidade de seus autores, detentores de todos os Direitos Autorais, que permitem o download e o compartilhamento, com a devida atribuição de crédito, mas sem que seja possível alterar a obra, de nenhuma forma, ou utilizá-la para fins comerciais.

Ilustração da capa: Jefferson Ferreira dos Santos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Y19m Múltiplos olhares sobre a extensão universitária no contexto amazônico /
Klenicy Kazumy de Lima Yamaguchi e Salatiel da Rocha Gomes. — Iguatu, CE :
Quipá Editora, 2025.

116 p. : il.

ISBN 978-65-5376-503-0

1. Extensão Universitária. I. Yamaguchi, Klenicy Kazumy de Lima. II.
Gomes, Salatiel da Rocha. III. Título.

CDD 371.9

Obra publicada pela Quipá Editora em novembro de 2025.

Quipá Editora
www.quipaeditora.com.br
@quipaeditora

DEDICATÓRIA

Dedicamos esta obra a todos os professores e pesquisadores extensionistas que, com coragem, responsabilidade e compromisso, contribuem para que a educação possa ser um instrumento de transformação e um ato de resistência, esperança e de construção coletiva.

A cada docente que, mesmo diante das estradas que são nossos rios, seja no período de seca ou enchente, verão ou inverno repleto de chuva, leva o conhecimento além das salas de aula, buscando criar um elo entre a universidade e a comunidade.

A cada extensionista que, com sensibilidade e dedicação, busca participar do seu processo formativo e constrói uma salutar e necessária relação entre saberes acadêmicos e populares, fortalecendo o diálogo, a inclusão e a valorização da realidade amazônica.

A todos os entusiastas e apoiadores da tríade ensino-pesquisa-extensão, que acreditam no poder transformador da educação e buscam, com seus atos e ações, fazer e ser a diferença.

À FAPEAM, CAPES, CNPQ, ISB/UFAM e
Proexti-UFAM pelo apoio.

“A relação com o saber é a relação com o mundo, com o outro e com ele mesmo, de um sujeito confrontado com a necessidade de aprender” (Charlot, 2000, p;56)

PREFÁCIO

As universidades públicas brasileiras exercem papel social alicerçado nas ações extensionistas, que permitem a inserção da educação superior com olhar regionalizado nas áreas mais remotas do país. Nesse contexto, a Amazônia é um território em constantes transformações. Suas nuances entre a floresta imponente e os rios colossais, as intempestivas variações anuais do ambiente (cheias e secas), que propiciam o antagonismo entre a fartura e a carência (de alimentos, transporte, água), somadas às lacunas de acesso à educação, saúde e informação, bem como à vasta cultura das populações tradicionais, ilustram a necessidade de dispositivos que possibilitem à comunidade acadêmica apropriar-se dessa realidade e reconhecer as singularidades regionais, propiciando ações concretas e transformadoras para a sociedade.

Diante desse cenário, a universidade pública, sem extensão, não seria capaz de ultrapassar seus muros e desenvolver seu papel social primordial, sensibilizando a comunidade acadêmica para as questões singulares da região. A exemplo disso, pergunta-se: como seria a atuação de futuros profissionais formados pela universidade pública no âmbito amazônico sem compreender seu próprio povo e sua região? Nesse sentido, é evidente que a extensão universitária traz a oportunidade de compartilhar saberes e desenhar melhores condições de vida e desenvolvimento para a sociedade.

Para tanto, a obra “Múltiplos Olhares sobre a Extensão Universitária no Contexto Amazônico” reúne minuciosamente diferentes aspectos legais e conceituais, problematizando e norteando os leitores sobre as diversas possibilidades da extensão.

Os autores trazem consigo vasta experiência extensionista regional, bem como preocupações com a sustentabilidade da Amazônia e com o papel da universidade pública de qualidade, inserida na região central do estado, em Coari. Dessa maneira, este livro será um guia para extensionistas e futuros “extensionistas amazônicos”, ilustrando caminhos para uma universidade mais inclusiva e justa, fortalecendo suas ações junto à sociedade amazonense.

Abel Santiago Muri Gama
Doutor em Ciências pela USP
Coordenador Acadêmico do ISB/UFAM

APRESENTAÇÃO

A região Amazônica, rica em biodiversidade e cultura. Apresenta particularidades e nuances que contribuem para construção de experiências ímpares. O livro *Múltiplos Olhares sobre a Extensão Universitária no Contexto Amazônico* propõe uma reflexão ampla e crítica sobre a prática extensionista no âmbito universitário, especialmente a partir da realidade sociocultural e ambiental da região. A obra busca lançar luz sobre a extensão universitária não apenas como um dos pilares do ensino superior, mas como um caminho de diálogo entre saberes acadêmicos e os saberes populares e tradicionais que compõem a rica diversidade sociocultural dessa região.

Dividido em dez capítulos, o livro percorre os principais marcos conceituais e legais que fundamentam a extensão no Brasil, abordando os conceitos fundamentais, destacando sua natureza integradora e seu papel na formação cidadã dos estudantes. Em seguida, são apresentados os principais dispositivos legais e normativos que regulam e orientam as ações extensionistas no país, com ênfase na institucionalização da extensão nas universidades públicas.

Os autores buscam resgatar os momentos-chave do desenvolvimento da extensão no Brasil, contextualizando suas transformações e seu enraizamento nos movimentos sociais e educacionais latino-americanos. Além disso, o livro aprofunda a análise do papel da extensão na construção do conhecimento, na formação crítica e na promoção da justiça social, evidenciando como ela contribui para a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e ação comunitária e o seu papel social.

Por fim, é apresentado os programas de extensão na UFAM, com experiências concretas desenvolvidas, demonstrando como a extensão se materializa em práticas que impactam diretamente a vida das comunidades amazônicas, promovendo inclusão, inovação social e fortalecimento dos vínculos entre universidade e sociedade e as perspectivas da popularização do conhecimento científico para a comunidade.

Esta obra, portanto, oferece múltiplos olhares sobre a extensão universitária, reunindo contribuições que valorizam a pluralidade de vozes e experiências que compõem o fazer extensionista na Amazônia. Destina-se a docentes, estudantes, gestores e todos os que acreditam na universidade como espaço vivo de transformação social.

Os autores.

SUMÁRIO

PREFÁCIO **APRESENTAÇÃO**

CAPÍTULO 1	10
CONHECIMENTO CIENTÍFICO E A POPULARIZAÇÃO DAS CIÊNCIAS.	
CAPÍTULO 2	19
O QUE É EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA? EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A SUA FUNÇÃO ACADÊMICA E SOCIAL.	
CAPÍTULO 3	26
BASES HISTÓRICAS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL	
CAPÍTULO 4	36
PROGRAMAS E PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	
CAPÍTULO 5	48
LIGAS ACADÊMICAS	
CAPÍTULO 6	57
POR UMA UNIVERSIDADE EXTENSIONISTA: BASES, CAMINHOS E DESAFIOS DA CURRICULARIZAÇÃO	
CAPÍTULO 7	71
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA (PIBEX)	
CAPÍTULO 8	79
ALTERNATIVAS METODOLÓGICAS PARA POTENCIALIZAR AS AÇÕES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	
CAPÍTULO 9	91
ELABORAÇÃO, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE UM PROJETO DE EXTENSÃO	
CAPÍTULO 10	105
TÊNDÊNCIAS PARA AS AÇÕES DE EXTENSÃO NA AMAZÔNIA	
SOBRE OS AUTORES	116

CAPÍTULO 1

CONHECIMENTO CIENTÍFICO E A POPULARIZAÇÃO DAS CIÊNCIAS

INTRODUÇÃO

A popularização das ciências constitui uma área de crescente interesse nos debates acadêmicos e envolve o papel social que a universidade desempenha em relação à produção de saberes e às pesquisas científicas. Muito além de um modismo discursivo, trata-se de um movimento que busca romper com a tradicional exclusividade dos saberes acadêmicos, tornando-os acessíveis e compreensíveis a diferentes segmentos sociais.

O debate é enriquecedor! No entanto, sabe-se que há pesquisas e materiais publicados que vem sendo produzidos para colaborar com essa discussão. Dessa forma, não se espera esgotar o debate sobre essa temática, e muito menos ser conclusivos. O objetivo desse capítulo é incitar a reflexão sobre como está acontecendo a popularização das ciências e contribuir para inquietações de possibilidades de melhorias, tanto em aspectos macros, como em escalas mais pontuais, com a análise do contexto amazônico. Verifica-se que essa democratização do conhecimento é particularmente relevante em regiões como a Amazônia, onde as desigualdades geográficas, socioculturais e estruturais ainda dificultam o pleno acesso à ciência formal. Nesses contextos, torna-se importante refletir sobre os limites e as possibilidades da divulgação científica, bem como sobre a efetiva apropriação social do conhecimento produzido pelas universidades e centros de pesquisa.

Diante disso, é importante compreender que a ciência deve ser entendida como um bem cultural e um instrumento de transformação social, cujos frutos não podem permanecer restritos aos círculos acadêmicos. A extensão universitária, articulada ao ensino e à pesquisa, surge como um mecanismo promissor de aproximação entre os saberes científicos e os conhecimentos tradicionais, promovendo o diálogo e a escuta ativa, com a coautoria das comunidades. Assim, este texto propõe uma reflexão crítica sobre os processos de divulgação científica, alfabetização científica e extensão universitária, enfatizando sua importância na promoção de uma ciência mais democrática, participativa e comprometida com as realidades.

UMA BREVE REFLEXÃO

Popularização das ciências...
Divulgação das ciências...
Alfabetização científica...
Mas o que seria isso?
Popularizar, divulgar, alfabetizar...

Muito se tem falado sobre a popularização do conhecimento científico e isso está até mesmo tornando-se um modismo. Mas até que ponto isso está realmente acontecendo? A ciência, que pode ser entendida como um processo sistemático de construção de saberes baseadas em uma construção social, complexas e ousada, desempenha papel fundamental na transformação da realidade social, econômica e ambiental (Santos, 2004).

No entanto, o acesso a esse conhecimento nem sempre é equitativo e consegue trilhar o “teórico” objetivo de democratizar o conhecimento para o público, especialmente em regiões com disparidades, como a Amazônia, onde questões geográficas, socioculturais e estruturais limitam o alcance da ciência formal (Santos, 2008).

Em uma região em que o conhecimento tradicional é riquíssimo e que nem sempre os aspectos econômicos e sociais são proporcionais ao interesse do desenvolvimento é lícito o questionamento sobre como isso vem acontecendo.

É comum o relato sobre pesquisas científicas que aconteceram nas comunidades, informações que foram repassadas e de repente, não mais que de repente, um sumiço dos tão interessados pesquisadores após a obtenção dos dados.

A pesquisa científica deve sim acontecer, mas deve ocorrer de forma real, apresentando para a comunidade de forma transparente e com uma linguagem acessível sobre o que tudo isso representa e os avanços que foram obtidos por meio das informações adquiridas. Enquanto os resultados das pesquisas ficarem armazenados em banco de teses e dissertações, revistas científicas de alto impacto que em alguns casos, nem a própria academia tem acesso (ou que precisa desembolsar alguns tantos de dólares), essa divulgação vai ficar apenas no papel, ou nos sites de revistas de alto impacto.

Nesse contexto, a extensão universitária surge como um instrumento de democratização do conhecimento, articulando ensino, pesquisa e práticas sociais comprometidas com as realidades locais.

O desenvolvimento de uma comunidade não pode ficar alicerçada (e nem consegue) apenas por meio de pesquisas científicas restrita para os pesquisadores. O desenvolvimento das ciências precisa ser útil para quem realmente vai receber as informações.

Enquanto isso não acontecer, ficaremos sempre brincando de fazer ciências para o bem da comunidade e vendo os currículos lattes crescerem com o que acreditamos que possa mudar o mundo, mas sem que os resultados das pesquisas cheguem aos reais destinatários.

O PAPEL SOCIAL DA CIÊNCIA: DIVULGAÇÃO E ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA

A ciência deve ser compreendida não apenas como acúmulo técnico de informações, mas como um bem cultural, cuja apropriação pode fortalecer a cidadania, a criticidade e a autonomia de todos os envolvidos nesse processo (Chassot, 2003).

Os participantes, cada vez mais vem tomando seu lugar. Em vez de meros espectadores, eles vêm apresentando seu papel quanto construtor do processo de desenvolvimento econômico e social do meio em que estão inseridos. Não adianta que questões que são da necessidade coletiva recebam resultados de “cima para baixo”, por meio de resoluções vindas de escritórios e gabinetes que nem ao menos sabem da realidade do local.

Tal perspectiva ganha maior importância diante do avanço da desinformação e da negação da ciência, fenômenos que afetam particularmente populações vulneráveis. É comum relatos de pessoas que assistem vídeos aleatórios com pessoas com jaleco e que se dizem conhecedores da cura de doenças e que de forma ingênua, tem esse pseudoconhecimento sendo difundido em comunidades mais carentes e pessoas que nem sempre conseguem avaliar o conteúdo que está sendo apresentado. O fato de estar na internet, para alguns, acaba sendo o sinônimo da verdade. Isso demonstra que mesmo com todo o avanço tecnológico, é fato que a falta de informação é real.

E ainda, é uma questão de necessidade que exista a publicitação do que acontece nas pesquisas científicas realizadas pelas pessoas com credibilidade e conhecimento na área, visando aumentar a confiabilidade das informações e tornando-se um caminho norteador para os indivíduos que nem sempre tem uma base para diferenciar o que é “fake News” de pesquisas sérias.

Dessa forma, a divulgação das ciências implica tornar os processos científicos compreensíveis e acessíveis à sociedade, rompendo com a visão elitista e excludente que é histórica e que muitas vezes está presente nos ambientes acadêmicos, e mais fortemente, na cultura científica. Para tanto, comumente utiliza-se a alfabetização científica, a popularização das ciências e a divulgação científica para esse fim.

De acordo com Germano e Kulesza (2006) e Piccoli e Stecanela (2023), divulgação científica, popularização das ciências e alfabetização científica, são termos que estão interrelacionados, mas se diferenciam em seus objetivos, públicos-alvo e contextos de uso. Um resumo dos termos pode ser observado no quadro 1.

Quadro 1: Comparativo entre os termos divulgação científica, popularização da Ciência e alfabetização científica.

Termo	Objetivo Principal	Característica	Público-Alvo	Ênfase
Divulgação Científica	Realizar intervenções informais e do campo da comunicação.	<ul style="list-style-type: none"> - Elo entre o mundo da ciência e os outros mundos. - O diálogo não é prioridade. - Forma de prestação de contas à sociedade 	Público geral	Comunicação acessível
Popularização da Ciência	Aproximar ciência e sociedade por meio de uma comunicação reflexiva e dialógica.	<ul style="list-style-type: none"> - Não pode ser apenas uma transmissão de comunicados, mas, sim, uma interlocução. - É vista como alternativa estratégica para o processo de desenvolvimento social, educacional, cultural, político e econômico. 	Comunidade e em geral	Inclusão e engajamento
Alfabetização Científica	Desenvolver a capacidade de ler, compreender e expressar opinião sobre assuntos de caráter científico.	<ul style="list-style-type: none"> - Busca formar cidadãos críticos capazes de contribuir para a superação de problemas concretos; cívicos, mais atentos para a ciência; e cultural, que possam olhar para a ciência de uma forma mais aprofundada 	Estudantes e sociedade	Compreensão e aplicação crítica

Os autores, 2025. Adaptado do texto de Germano e Kulesza (2006) e Piccoli e Stecanela (2023)

Enquanto a divulgação científica tem o objetivo de informar os achados e descobertas, a popularização da ciência busca uma interação mais profunda e dialógica, apresentando para a comunidade de forma acessível, informativa e inclusiva as informações.

A alfabetização científica visa a formação de indivíduos em relação ao conhecimento científico. Ela refere-se à aproximação dos conhecimentos de pesquisas e dados científicos tornando o indivíduo apto a resolver problemas e dificuldades básicas que afetam sua vida. Por meio desse processo busca-se desenvolver nos sujeitos a capacidade de compreender, interpretar e aplicar conceitos científicos no seu dia a dia (Sasseron e Carvalho, 2011).

Verifica-se que as atividades executadas buscando o desenvolvimento da alfabetização científica vão além do simples aprendizado de conteúdos escolares, mas ela busca formar cidadãos críticos e capazes de tomar decisões fundamentadas sobre questões científicas e tecnológicas que impactam a sociedade (Schnetzler, 2000; Oliveira *et al.*, 2023).

A alfabetização científica desempenha um papel fundamental na formação dos cidadãos, pois permite que eles possam compreender e analisar criticamente o mundo ao seu redor e os fenômenos que acontecem, criando uma autonomia por conseguirem identificar a resolução e explicação dos fenômenos ao seu redor (Silva e Sasseron, 2021).

A divulgação científica permite que exista um maior fluxo de informações relacionadas à ciência e tecnologia em todos os setores da sociedade, contribuindo para a popularização das informações. Nesse cenário, a sociedade deve ser vista como um espaço por onde os resultados das pesquisas científicas merecem circular, serem explorados e reconhecidos (Piccoli e Stecanela, 2023).

Diversas atividades estão sendo desenvolvidas com o objetivo de popularizar o conhecimento científico, além de contribuir para o processo de ensino-aprendizagem. Entre as possibilidades, tem-se a apresentação dos conteúdos didáticos escolares em diversas situações cotidianas, como na alimentação, nos produtos de limpeza, na indústria farmacêutica, no meio ambiente e em inúmeros processos tecnológicos (Andrade e Zuin, 2023; Kauano e Marandino, 2022).

Pesquisas na literatura vem demonstrando resultados positivos para a implementação da popularização e a alfabetização científica nas escolas. Faz-se necessário que a curiosidade, a criatividade e o pensamento crítico possam ser desenvolvidos. Assim, aproximar os discentes da aplicação, seja por meio de experimentação ou de contextualização é uma estratégia de despertar o aprendizado científico, criando um

ambiente estimulante e educativo que pode nutrir o potencial dos seus participantes (Kauano e Marandino, 2022).

E essas ações devem acontecer em todos os níveis e ambientes. Pereira et al (2020) ressaltam que a promoção da educação científica nas crianças contribui para mudanças positivas no ambiente escolar, assim como, um meio de inclusão social.

Nesse sentido, verifica-se que a divulgação científica como um todo desempenha um papel fundamental de tornar a ciência acessível a todos, colaborando com a compreensão e transformação da realidade que nos cerca e incentivando o interesse da população pela busca do conhecimento e demonstrando que ele pode ser acessível a todos, independente da idade, escolaridade ou crença.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO UMA APROXIMAÇÃO DOS SABERES

A universidade apresenta o papel social que envolve o tripé: ensino, pesquisa e extensão. Embora seja reconhecidamente uma instituição que promove o ensino, por meio da construção e desenvolvimento de saberes, ela também apresenta a função de socializar o saber que é produzido, promovendo a integração dos indivíduos.

Lima e Rezende (2020) citam que nem sempre se torna claro é que os avanços educacionais, tecnológicos e científicos realizados em um ambiente universitários e centros de pesquisa, sejam elas gratuitos ou não, acabam sendo uma forma de prestação de serviço a alguém. E essa discussão é bem interessante como ponto de reflexão sobre como estão acontecendo na prática essas atividades. Será que esse tripé vem acontecendo tendo como ponto de partida a melhoria da sociedade?

Nesse sentido, a extensão universitária vem sendo trabalhada como um intercâmbio entre o saber acadêmico e os saberes tradicionais, reconhecendo as múltiplas racionalidades que encontramos no meio social. Segundo Mendonça et al (2013) a extensão universitária pode ser caracterizada como ações sociais da universidade, que são dirigidas à comunidade obtidas do aprendizado para o ensino e a pesquisa. Dessa forma, apresenta como perspectiva, a promoção e o desenvolvimento social, emocional e bem-estar físico, buscando garantir valores, direitos e deveres à comunidade.

De acordo com Freire (1996), o conhecimento se constrói no diálogo e na escuta ativa entre os sujeitos. Nessa lógica, ações extensionistas que envolvem comunidades em

práticas de investigação, oficinas, feiras de ciência e comunicação popular contribuem para ressignificar a ciência enquanto prática social. Essas ações não apenas disseminam conteúdos científicos, mas promovem o protagonismo comunitário e a valorização da cultura local.

Souza *et al* (2024) cita que a exploração do contexto vivenciado como recurso para divulgação científica apresenta uma oportunidade de promover uma educação mais inclusiva, equitativa e sustentável. Diante desse cenário, a extensão universitária pode tornar o conteúdo científico mais acessível e envolvente, promovendo a popularização das informações por meio de práticas contextualizadas.

Além disso, a popularização das ciências desperta o interesse da população pelo conhecimento, incentivando o pensamento crítico e a valorização da ciência na sociedade. Por meio de palestras, experimentações e materiais informativos, evidencia-se as contribuições do avanço tecnológico e social no cotidiano, formando cidadãos mais preparados para interpretar fenômenos científicos, reconhecer conteúdos que possam ser verdadeiros, ou no mínimo torná-los críticos das informações que são repassadas, contribuindo para que possa tomar decisões fundamentadas.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Apesar dos avanços, os projetos de popularização da ciência enfrentam obstáculos como a carência de recursos, o pouco incentivo de políticas públicas, a baixa valorização da extensão nas universidades e a dificuldade de financiamento.

De maneira informal, cita-se que a área extensionista é o “primo pobre” da universidade. Levando em consideração os incentivos financeiros para o desenvolvimento tecnológico e científico. Não é a intenção aqui criticar a importância dessas duas áreas citadas, pois entende-se faz-se necessário que eles aconteçam. O que se questiona é a falta de equidade no processo de financiamento e tratamento.

Experiências exitosas demonstram que a difusão e cultura científica podem ser apropriadas por diferentes grupos sociais quando mediada por metodologias participativas e tecnologias acessíveis, desde que aconteçam com comprometimento, seriedade, trazendo informações de qualidade e relevância.

Lima e Rezende (2020) citam que a divulgação científica vem evoluindo ao longo do tempo, em consonância com o próprio desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Dentre elas tem-se o uso de vídeos informativos, blogs, jornais (impressos ou digitais), palestras, podcasts, cursos, oficinas, entre outros recursos que vêm sendo utilizados para fazer a diferença no processo de divulgação dos achados científicos. Diferente do que acontecia há décadas atrás, a informação pode ser difundida de forma rápida e com poucos recursos, sendo esse um item positivo e ao mesmo tempo, perigoso.

Popularizar o conhecimento científico é algo sério e que, acima de tudo, envolve um exercício de escuta, respeito e coautoria entre universidade e sociedade. É também uma forma de resistência frente às desigualdades históricas de acesso ao conhecimento. A extensão universitária, quando orientada por princípios éticos e dialógicos, torna-se um caminho fértil para a construção de uma ciência mais democrática, plural e transformadora.

No mais, para que a popularização da Ciência aconteça, torna-se fundamental, que as universidades assumam seu compromisso social e fortaleçam a cultura da ciência cidadã, construída com e para a sociedade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R.; ZUIN, V. Alfabetização Científica em Química Verde e Sustentável. *Educação Química em Punto de Vista*, 2023.

CHASSOT, A. Alfabetização científica: questões e desafios para a educação. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GERMANO, M. G.; KULESZA, W. A. Popularização da ciência: uma revisão conceitual. *Caderno Brasileiro de Ensino de Física*, v. 24, n. 1, p. 7-25, 2007.

KAUANO, R. V.; MARANDINO, M. Paulo Freire na educação em Ciências Naturais: tendências e articulações com a Alfabetização Científica e o movimento CTSA. *Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências*, p. e35064-28, 2022.

LIMA, N. R. W.; REZENDE, C. E. Extensão Universitária & Divulgação Científica: Quais são as diferenças? Reflexões a partir de uma LIVE promovida pelo Projeto Além do Lattes (UENF/LCA/PPGERN). *Revista de Extensão UENF*, v. 5, n. 1, p. 98-121, 2020.

MENDONÇA, I. B.; SANTOS, B. A. A.; SILVA, L. B.; DANTAS, A. C. L.; SANTOS, A. P.; BARROS, C. C.; IZIDORIO, E. C.; COSTA, A. C. L. N. Extensão universitária em parceria

com a sociedade. *Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais*, v. 1, n. 16, p. 149-155, 2013. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/cadernohumanas/article/view/535/255>. Acesso em: 7 maio 2025.

OLIVEIRA, R. Q. S. et al. A divulgação científica no Ensino Fundamental: a ciência e a vida dos cientistas na visão de estudantes. *Revista de Ensino de Ciências e Matemática*, v. 14, n. 1, p. 1-25, 2023.

PEREIRA, G. R.; ALVES, G. G. H. V. S.; COUTINHO-SILVA, R. Science Education in the early years of Elementary Education through the Science Fair for Little Scientists. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 7, p. e990975140, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i7.5140. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/5140>. Acesso em: 7 jan. 2025.

PICCOLI, M. S. Q.; STECANELA, N. Popularização da ciência: uma revisão sistemática de literatura. *Educ. Pesqui.*, v. 49, e253818, 2023. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022023000100631&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 7 maio 2025. Epub 14 mar. 2023. <https://doi.org/10.1590/s1678-4634202349253818>.

SANTOS, B. S. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, R. N. M. Produção científica: por que medir? o que medir?. *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 22–38, 2004. DOI: 10.20396/rdbci.v1i1.2087. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2087>. Acesso em: 7 maio 2025.

SASSERON, L. H.; CARVALHO, A. M. P. Alfabetização científica: uma revisão bibliográfica. *Investigações em Ensino de Ciências*, v. 16, n. 1, p. 59-77, 2011.

SCHNETZLER, R. P. *Ensino de Ciências: Fundamentos e Abordagens*. Campinas: CAPES/UNIMEP, 2000. cap. 1.

SILVA, M. B.; SASSERON, L. H. Alfabetização científica e domínios do conhecimento científico: proposições para uma perspectiva formativa comprometida com a transformação social. *Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências* (Belo Horizonte), v. 23, p. e34674, 2021.

SOUZA, R. D.; BATISTA, E. R. M.; SILVA, J. F. Explorando o Contexto Amazônico como Recurso para a Alfabetização Científica de Ribeirinhos: Desafios e Oportunidades. *Revista Cocar*, v. 21, n. 39, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/8500>. Acesso em: 7 maio 2025.

CAPÍTULO 2

O QUE É EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA? EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A SUA FUNÇÃO ACADÊMICA E SOCIAL

INTRODUÇÃO

Compreendida como um importante pilar que sustenta a Universidade, a extensão universitária vem ganhando ao longo das últimas duas décadas, novos olhares e rupturas conceituais significativas. Uma dessas rupturas diz respeito ao processo formativo presente nas ações realizadas. As ações devem promover não somente a socialização dos conhecimentos com as comunidades locais, mas também contribuir com a formação integral dos estudantes. Nessa perspectiva, a extensão não pode ser confundida e limitada à “prestação de serviços” ou a práticas “bancárias” de transmissão de conhecimentos. Essa centralidade formativa é limitada e reducionista.

A extensão necessita promover diálogos interdisciplinares e éticos, valorizando os diferentes tipos de saberes, sujeitos sociais e modos de vida. Essa forma de olhar para a vida, reconecta o papel da universidade como espaço potente de dialogicidade e de escuta e reafirma sua função social e acadêmica a partir de uma relação recíproca, ecossistêmica e complexa com os outros dois pilares: o ensino e a pesquisa.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UM CONCEITO EM (DES) CONSTRUÇÃO

A extensão universitária é um conceito em constante (des)construção, pois reflete os movimentos históricos, políticos e sociais que atravessam a universidade e suas relações com a sociedade. Para Gadotti (2017) o conceito de Extensão Universitária pode ser compreendido a partir de duas vertentes: a extensão como prática assistencialista e a extensão como comunicação de saberes. Como prática assistencialista, caracteriza-se como um processo vertical do conhecimento, desconsiderando a cultura e o saber popular; ou seja, a universidade produz conhecimento e o “repassa” à comunidade de forma impositiva e unilateral.

A seguir, apresentaremos um quadro que demonstrará o percurso histórico da extensão universitária por período, reconhecendo seus diferentes movimentos, funções e perspectivas.

Quadro 1: O processo histórico-conceitual da Extensão Universitária

Período	Características	Vertente Epistemológica
Pré-História da Extensão	Período compreendido entre o Brasil Colônia e Brasil Império, marcado por experiências não universitárias.	Paradigma Tradicional/Colonial
Primeiras experiências extensionistas	Período do surgimento das primeiras universidades, por meio do Decreto nº.19.851/1931.	Paradigma Cientificista
Extensão Político Acadêmica	Período (1937-1963) marcado pelas contradições entre as ações extensionistas lideradas pelo Movimento estudantil (UNE) e as limitações do texto legal.	Paradigma Crítico
Extensão Cívica	Nesse período (1963-1985), as ações extensionistas estão a serviço e sob vigília do Estado, configuradas por prestação de serviços de desenvolvimento às comunidades.	Paradigma Tecnocrático
Extensão Empreendedora	Período de 1985 aos dias atuais, orientado pela economia do conhecimento, destacando-se pela venda dos serviços, fonte de captação dos recursos, através de cursos, assessorias e consultorias.	Paradigma Utilitarista
Extensão Acadêmico-Social	Período atual, recontextualizado a partir da Política Nacional de Extensão e do Plano Nacional de Educação (2014-2024), considerando a proposta de integração curricular através de programas e projetos, com vistas à democratização qualificada do acesso à educação superior.	Paradigma Dialógico e Decolonial

Fonte: Adaptado de Imperatore (2019)

As vertentes epistemológicas construídas a partir das informações conceituais e históricas apontadas por Imperatore (2019) caracterizam as diferentes formas de compreensão sobre a Extensão Universitária, relacionando-a também a um campo de disputas, sentidos e possibilidades. Cabe destacar o paradigma atual – dialógico e

decolonial, como um importante passo para ampliação da perspectiva de atuação da Universidade a partir de lentes mais plurais.

A INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: É POSSÍVEL E NECESSÁRIO!

O artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 estabelece que as universidades devem seguir o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Considerando esse dispositivo legal, a indissociabilidade pode ser compreendida como um princípio pedagógico norteador das práticas pedagógicas realizadas no contexto universitário. Ela está presente, inclusive, nas diretrizes do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras (FORPROEX), sublinhando a importância da articulação dos saberes acadêmicos com as demandas da sociedade.

O conceito de indissociabilidade remete a algo que não existe sem a presença do outro, ou seja, o todo deixa de ser todo quando se dissocia. Alteram-se, portanto, os fundamentos do ensino, da pesquisa e da extensão, por isso trata-se de um princípio paradigmático e epistemologicamente complexo (Tauchen, 2009, p. 93).

A partir dessa concepção indissociável, é possível reconhecer essa integração como uma perspectiva para não dicotomizar e reduzir a ação extensionista de forma isolada e distante do processo formativo dos estudantes. Não há como se pensar em uma ação de extensão sem compreendê-la como ato intencional e articulado com o desenvolvimento das competências e habilidades previstas nos projetos pedagógicos dos cursos.

Nessa perspectiva, é necessário reconhecer que não há, no tripé universitário, uma hierarquização dos pilares. Ao se reconhecer a horizontalidade desse processo, a Universidade passa a ser não somente um espaço-tempo de excelência na formação de profissionais para o mundo do trabalho, mas um lugar-referência para a democracia, para o estímulo de ações inclusivas e coletivas; para um lugar-possível de novas formas de atuar numa sociedade historicamente excludente. Santos (2005, p.225) claramente expõe essa articulação:

Numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida assenta em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as atividades, hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das atividades de investigação e de ensino

Na perspectiva de Santos (2005), a Universidade reafirma sua legitimidade ao reconhecer a indissociabilidade entre produção e socialização do conhecimento e ao se posicionar dialogicamente com a sociedade por meio de aprendizagens mútuas.

Para Imperatore (2019), essa hierarquização é histórica e fazer a ruptura não é simples, pois muitos projetos pedagógicos se sustentam na aprendizagem conteudista, automática e reprodutivista, onde toda a organização curricular e pedagógica é desenvolvida de forma “confortável”. Essa hegemonia das atividades de ensino se manifesta, em inúmeras situações, a partir de modelos de aprendizagem ineficientes, incapazes de promover o desenvolvimento amplo e irrestrito do país.

Quando falamos dos contextos amazônicos essa hegemonia é mais visível pois há especificidades e modos de vida diferentes, as quais geralmente são desconsiderados no processo de planejamento curricular.

POR UMA RECONEXÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA UNIVERSIDADE

É tão significativo quando percebemos que professores e alunos realizam atividades de extensão para além de uma mera etapa academicista. Quando realizam ações que fazem parte de suas vidas ou porque desejam superar tantas barreiras, sejam elas sociais ou políticas.

Sempre é relevante refletir: Por que é importante realizar ações extensionistas na universidade? O que elas afetam em mim e no outro? O que é que eu quero, de fato, transformar? Que impactos essa ação pode gerar para uma sociedade mais justa e plural? Essas perguntas são questões centrais que devem servir como ponto de partida. Se forem executadas porque fazem parte de uma rotina de trabalho universitário, tendem a ser vazias ou improdutivas.

Podemos relacionar, nessa perspectiva, o conceito de extensão, a partir da seguinte reflexão freireana.

Uma palavra epistemologicamente empregada para expressar, com enorme carga afetiva, cognitiva, política, epistemológica, ética e ontológica, os projetos e os atos das possibilidades humanas. Uma palavra que carrega no seu bojo, portanto, crenças, valores, sonhos, desejos, aspirações, medos, ansiedades, vontades e possibilidades de saber, fragilidade e grandeza humanas. Carrega inquietude sadia e boniteza arraigada na condição de ser-se homem ou mulher. Palavra na qual estão intrínsecos o dever e o gosto de mudarmos a nós mesmos dialeticamente mudando o mundo e sendo por este mudado (Freire, 2008, p. 231 – Grifo Nosso).

A partir de Freire (2008) cabe, portanto, uma reflexão: Quando elas fazem parte de um desejo, de uma utopia ou de um olhar sensível para a realidade, as ações extensionistas ganham sentido, significado e vínculos. Consolidam-se, portanto, como um alicerce para uma educação que transforma e que se humaniza pela dialogicidade e pela reflexão crítica da/na/com a sociedade. Viva, portanto, essa Dialética consciente de professores-pesquisadores-extensionistas que olham para suas ações e suas práxis não mais de forma individual, mas coletiva.

EXEMPLO PRÁTICO PARA REFLEXÃO

Contextualização: Durante uma das atividades da disciplina de Educação em Saúde, do curso de Nutrição da Universidade Federal do Amazonas- ISB, um dos alunos levantou a seguinte questão: Por que as pessoas estão ficando hipertensas precocemente? Seria resultado da falta de informações sobre alimentação saudável?

Essa inquietação gerou várias hipóteses como resposta às perguntas dos alunos. Foi um debate mobilizador e bastante significativo. Após esse movimento dialógico, decidiu-se realizar uma ação extensionista, já que no Projeto Pedagógico de Curso há uma previsão de 15h de extensão para essa disciplina. Os alunos sugeriram o tema, o nome da ação e o processo de organização.

Quadro 2: Organização de uma ação extensionista

Nome da ação extensionista	Corpo e Comunidade: A Educação em Saúde no combate à obesidade
Curso	Nutrição
Instituição	Instituto de Saúde e Biotecnologia -Ufam
Disciplina	Educação em Saúde
Metodologia	Dramatização e Roda de Conversa em duas escolas de ensino Médio de Coari/Amazonas.
Perspectiva Interdisciplinar	Abordagem a partir dos determinantes sociais de Saúde

Princípio Pedagógico Inicial	Mapeamento do território (estudo-diagnóstico da realidade, social, cultural, política, econômica, ambiental)
Carga Horária da ação	15h

Fonte: Elaboração dos autores

Durante o processo de planejamento, o professor percebeu o protagonismo dos estudantes e se perguntou: Por que faz tanto sentido essa ação para eles e para mim? Desde a escolha do tema, a definição da metodologia até a organização das atividades, os alunos demonstraram autonomia, engajamento, proatividade e compromisso ético.

Após a execução da atividade extensionista, o professor realizou uma roda de conversa com os alunos para avaliar a atividade. Esse processo de avaliação sobre a ação é tão importante quanto o planejamento e a execução. Os alunos relataram que a ação de extensão fez com que eles se sentissem “úteis” para aquela comunidade, proporcionando acesso a informações e práticas que poderiam melhorar a saúde e a qualidade de vida da população local.

No entanto, não foi apenas isso. Realizam um movimento dialético importante: discutiram para além de aspectos técnicos e biomédicos da obesidade. Teceram reflexões sobre os determinantes sociais de saúde, da relação da alimentação com a vida, com os aspectos políticos, econômicos e culturais. Essa forma de compreender a temática, a partir de uma visão mais crítica fez com que ampliassem o debate inserindo os elementos estruturais da Saúde Coletiva do município, valorizando as vozes da comunidade escolar e reconhecendo que essa interface com e para a comunidade exige escuta, troca e corresponsabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Por uma Ecologia de Saberes nas ações extensionistas

O conhecimento científico tem que saber dialogar com outros conhecimentos – porque nas práticas sociais outros conhecimentos estão presentes – e trazê-los para dentro da universidade. O que significa eventualmente os alunos universitários terem contato com líderes comunitários que hoje não são cientificadores para ensinar na universidade, mas provavelmente devem vir à universidade para dar sua experiência. (Santos b, 2005, p.2).

A epígrafe das palavras finais deste capítulo é um chamado para uma ruptura epistemológica necessária quando pensamos nas ações extensionistas dentro da Universidade. É Boaventura de Sousa Santos quem nos inspira a pensar as dinâmicas de

execução da extensão a partir de uma ecologia de Saberes. É preciso romper com o assistencialismo. É preciso romper com ações impositivas que, por vezes, valorizam apenas um tipo de conhecimento.

É preciso ter clareza que as práticas extensionistas não são apenas para cumprir “créditos” universitários. É preciso “ecologizar-se” epistemologicamente, como afirma Boaventura. A extensão tem uma função acadêmica, mas também social, política e ética. Freire (1996, p.77) nos adverte sobre essa perspectiva, que nesse momento podemos relacionar diretamente às ações extensionistas: “Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. Não posso estar no mundo de luva nas mãos constatando apenas. A acomodação em mim é apenas caminho para a inserção, que implica decisão, escolha, intervenção na realidade”.

À luz de uma ecologia de saberes, é possível implementar ações de extensão de forma indissociável, interdisciplinar, interprofissional, inclusiva e ativa. Nessa perspectiva, ela rompe com as lentes unilaterais e torna-se uma ponte para um mundo onde os diferentes espaços e conhecimentos podem ser valorizados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. Utopia. In: STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (Orgs.). *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GADOTTI, M. *Extensão universitária: para quê*. Instituto Paulo Freire, v. 15, p. 1-18, 2017.
IMPERATORE, S. L. B. *Curricularização da extensão: experiência da articulação extensão-pesquisa-ensino-extensão como potencializadora da produção e aplicação de conhecimentos em contextos reais*. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.

SANTOS, B. S. Da ideia de Universidade à Universidade de ideias. In: SANTOS, B. S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, B. S. *Repórter Social*. 2005b. Disponível em: <link>. Acesso em: 09 mai. 2025.
TAUCHEN, G. *O princípio da indissociabilidade universitária: um olhar transdisciplinar nas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão*. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

CAPÍTULO 3

BASES HISTÓRICAS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da extensão universitária no Brasil perpassa o histórico econômico, social e cultural do país, com divergências de interesses e uma aproximação entre as Instituições de Ensino Superior (IES) e a comunidade. A sua implementação é algo concreto e, por meio da curricularização, vem ganhando notoriedade. No entanto, o que se verifica na literatura e em relatos é que esse percurso nem sempre apresentou essa vertente.

A extensão pode ser entendida como um espaço dentro da Universidade onde se constrói o sujeito que participa de suas ações como cidadão (Medeiros, 2017). Ela representa um dos pilares do ensino superior brasileiro, ao lado do ensino e da pesquisa, sendo considerada a mais recente do trio (Nogueira, 2001).

O histórico da extensão universitária no Brasil demonstra um percurso de constante ressignificação, condicionado por fatores políticos, sociais e culturais, revelando um processo de reflexão, amadurecimento e politização dessa prática. De uma atuação pontual e assistencialista, passou-se à construção de uma extensão crítica, dialógica e transformadora, comprometida com os desafios sociais e com a democratização do conhecimento (Gadotti, 2017).

Ao analisar o percurso histórico, evidencia-se que a preocupação com a contribuição da universidade e a popularização dos seus achados nem sempre foi algo inato à sociedade e, muitas vezes, foi confundida com o assistencialismo ou direcionada a interesses particulares. Para tanto, faz-se necessário compreender as linhas e os impactos para o desenvolvimento e a promoção da cidadania.

Distante da ideia de explorar todo o enredo que essa bela história apresenta, o presente capítulo busca expor uma visão geral, mas reflexiva, sobre essa trajetória, apresentando um contexto de como essa experiência foi fortalecida no Brasil e as influências que trouxe ao longo dos anos até os dias atuais. Dessa forma, este capítulo tem como objetivo apresentar um panorama histórico da extensão universitária no Brasil, destacando

os marcos legais, conceituais e institucionais que moldaram essa prática e sua importância para a democratização do conhecimento e para a promoção do desenvolvimento social no Brasil.

ORIGENS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

As raízes da extensão universitária no Brasil remontam ao início do século XX, fortemente influenciadas por modelos europeus e norte-americanos, especialmente pelo conceito difundido na Inglaterra no final do século XIX, que apresentava a ideia de educação continuada voltada para as classes populares. A extensão, nesse sentido, relaciona-se à prestação de serviços na área rural ou para classes mais abastadas (Nogueira, 2005).

No cenário brasileiro, as primeiras experiências de extensão foram vinculadas a cursos, palestras e conferências promovidas por instituições isoladas de ensino superior, inicialmente em São Paulo e, posteriormente, no Rio de Janeiro, que tinham ênfase na difusão cultural e na atualização profissional, geralmente voltadas à sociedade elitizada.

A Lei Orgânica do Ensino Superior, por meio do Decreto n.º 8.659, de 5 de abril de 1911, deu autonomia curricular e pedagógica às IES, oportunizando a criação de ações esporádicas, realizadas principalmente pelos movimentos estudantis. Destacam-se, nesse cenário, as conferências e semanas abertas sediadas pela Universidade Livre de São Paulo, na década de 1910, que tinham como objetivo dar respostas às demandas da população pobre e operária. Os principais marcos no Brasil podem ser observados na Tabela 1.

A década de 1920 marca um momento importante, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro, considerada uma das primeiras universidades brasileiras com caráter extensionista. Há diversas discussões sobre se a Universidade do Rio de Janeiro ou a Universidade do Amazonas foi a primeira no Brasil; no entanto, essa é uma discussão que perpassa as questões extensionistas. Fato é que as ações realizadas na Universidade do Rio de Janeiro, por meio de conferências e semanas abertas, demonstravam, embora de forma incipiente e elitizada, experiências da prática da extensão universitária.

Tabela 1: Principais marcos históricos da extensão no Brasil

ANO / DÉCADA	MARCO HISTÓRICO	CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS
1910	Primeiras ações extensionistas	Cursos livres, palestras e conferências em universidades isoladas; foco cultural e elitizado.
1920	Criação da Universidade do Rio de Janeiro	Primeira universidade brasileira que apresentava ações extensionistas, ainda que incipiente e voltada à difusão cultural.
1930	Estatuto da Universidade Brasileira	Apresentação de soluções para compromissos sociais e propagação de ideias e princípios de interesse nacional, além de cursos e conferências
1960	Criação da lei 5.540	Obrigatoriedade das IES promoverem atividades como cursos e serviços especiais estendidos à comunidade. Mobilização popular e reformas sociais;
1964-1985	Reforma Universitária (1968)	Extensão reconhecida por lei, mas com viés tecnicista e assistencial;
	Regime militar	Extensão reconhecida por lei, mas com viés tecnicista e assistencial; criação do PRONE (1975).
1987	Criação do FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras; articulação nacional. Redemocratização.
1988	Constituição Federal	Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Art. 207).
1990	Estruturação institucional	Extensão incorporada nos planos institucionais; foco em demandas sociais e regionais.
2000-2010	Expansão e diversificação	Ações em direitos humanos, sustentabilidade, tecnologia, saúde e cultura; integração interdisciplinar.
2018	Resolução CNE/CES nº 7/2018	Determina 10% da carga horária mínima dos cursos para atividades de extensão.
ATUALIDADE	Extensão como formação cidadã e transformação social	Integração curricular efetiva; inovação social; vínculo com políticas públicas e demandas comunitárias.

Fonte: Os autores, 2025.

Durante a década de 1930, com a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), algumas universidades iniciaram ações voltadas para a comunidade, mesmo que de forma pontual e assistencialista, subsidiando a discussão de propostas para uma extensão universitária que pudesse ter uma postura mais ativa na vida da sociedade brasileira.

Nesse período, a extensão era considerada um meio de inserir a cultura nas camadas populares, com um olhar tímido para os problemas sociais e econômicos da comunidade, sem, contudo, estabelecer um diálogo com a sociedade. Percebe-se, nesse sentido, que havia uma dicotomia: as concepções relacionadas às IES referiam-se a intelectuais portadores da ciência e da técnica, enquanto a comunidade era caracterizada como um grupo incapaz de compreender e resolver seus próprios problemas.

No entanto, foi apenas a partir da década de 1960 que a extensão universitária começou a ser compreendida de forma mais sistemática, especialmente por meio do

surgimento de movimentos populares, reformas sociais e do engajamento estudantil, passando, de forma lenta e gradativa, a ser pautada pela indissociabilidade entre ensino e pesquisa. Essa perspectiva foi norteadada por legislações e normatizações, como o plano elaborado pelo MEC em 1975, pela criação do FORPROEX, do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (FORPROEX,1987), e pela criação do Plano Nacional de Extensão Universitária (1999) (Carbonari e Pereira, 2007). Na Figura 1, é possível visualizar a linha do tempo sobre essa trajetória.

Figura 1: Linha do tempo sobre os marcos da Extensão Universitária no Brasil.



Fonte: Os autores, 2025.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR

O período do regime militar (1964–1985) foi um grande marco na história do Brasil, e suas influências afetaram de forma direta os encaminhamentos que a extensão havia tido em relação às décadas anteriores. Houve uma ruptura nas experiências de extensão crítica que vinham se consolidando, com repressão ao pensamento político no meio acadêmico e foco na formação de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho, atendendo às recomendações de interesse político.

Não somente a democracia apresentou uma paralisação, mas também o direito de pensar e crescer de forma livre. As restrições à liberdade acadêmica impactaram a extensão universitária, pois, como avançar nos direitos sem a ideia de emancipação plena?

No período turbulento em que o Brasil se encontrava devido ao regime militar, o Estado passou a exercer forte controle sobre as universidades, reformulando — por meio da Reforma Universitária de 1968 (Lei nº 5.540/1968) — o Plano Nacional de Extensão Universitária (PNEU). Nele, a extensão foi oficialmente reconhecida como uma das funções da universidade, mas a orientação adotada enfatizava programas tecnicistas e assistenciais, distanciando-se de práticas politizadas.

Isso representou um dos primeiros esforços governamentais para regulamentar e expandir a extensão universitária na comunidade, criando-se também o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que buscavam articular projetos extensionistas em âmbito nacional, atendendo, teoricamente, a população com maior vulnerabilidade, mas que, na prática, reforçavam ações de cunho pragmático e pouco crítico.

As ações buscavam camuflar a pretensão de controle político dos movimentos sociais e de uma patrulha ideológica, e, mesmo com um aparente apoio, destoavam na prática por meio das ações concretas do Governo Militar, que não propiciavam condições mínimas para que as atividades fossem desenvolvidas. Seu enfoque apresentava interesses particulares e era voltado mais para a integração nacional do que para a transformação social, alinhando-se aos interesses do Estado autoritário da época (Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias, 2001, p. 34-35).

Nesse contexto, alguns esforços continuavam, relacionados à busca de uma universidade mais crítica e comprometida com a sociedade. No ano de 1975, sob grandes tensões políticas, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), mesmo sob forte censura do governo militar, conseguiu lançar o Plano de Trabalho de Extensão Universitária, caracterizando um avanço para a questão extensionista, por assegurar que a universidade pudesse atuar com trabalhos de extensão, demonstrando que, mesmo nas adversidades, o progresso e os ideais ainda eclodiam.

Durante essa época, os estudantes passaram a atuar de forma clandestina, com encontros e reuniões que culminaram em repressão, torturas e perseguições político-ideológicas. Apesar das limitações, muitos professores e estudantes usaram os espaços da extensão para desenvolver ações críticas e educativas junto às populações marginalizadas, sobretudo em áreas rurais e periféricas (Bemvenuti, 2006). Esse movimento ajudou a

consolidar uma visão da extensão como prática emancipatória e a dar continuidade, mesmo que de forma lenta e gradativa, à ideia de um compromisso com uma sociedade mais igualitária.

REDEMOCRATIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA EXTENSÃO CRÍTICA

A década de 1980 foi marcada pelos movimentos sociais e pela busca por direitos humanos. Depois do golpe militar, mesmo com resquícios, iniciou-se o processo de redemocratização, com movimentos políticos e o fervilhar da ideia de emancipação e de direitos humanos, em busca de uma sociedade com maior compromisso com a popularização e a transformação social.

A extensão universitária ganhou novo fôlego e, em 1988, com a Constituição Federal, reafirmou-se o compromisso social da universidade pública, sendo a extensão reconhecida como parte integrante da formação acadêmica. Em seu Art. 207, consolidou-se o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, reforçando a importância da extensão como dimensão constitutiva da educação superior (Brasil, 1988).

Na década de 1990, a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) foi um marco importante para o fortalecimento institucional da extensão e oportunizou discussões sobre o compromisso social da universidade e a sua relação com a comunidade em que está inserida (Nogueira, 2001).

O FORPROEX contribuiu para a construção de uma política nacional de extensão, com diretrizes voltadas para a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e para o compromisso com a transformação social (FORPROEX, 2012). É nesse momento que o conhecimento da comunidade começa a ser reconhecido e o olhar das ações de extensão passa de uma relação assimétrica para a possibilidade de troca de experiências. Além disso, questões como o conceito de extensão universitária, a institucionalização da extensão e as políticas de financiamento para as ações ganham maior proporção e notoriedade (Menezes, 2003).

Nos anos 1990, com a expansão das universidades e a crescente cobrança pela responsabilidade social das IES, a extensão passou a ser incorporada de forma mais

estruturada nos planos institucionais das universidades, ainda que, em muitas instituições, permanecesse com recursos e visibilidade limitados.

A EXTENSÃO NO SÉCULO XXI: POLÍTICAS PÚBLICAS E NOVOS DESAFIOS

Nas últimas décadas, a extensão universitária no Brasil tem se ampliado, expandido e diversificado, passando a abranger temas como inclusão social, sustentabilidade, cultura, saúde, educação popular, entre outros. A resignificação da extensão acompanha os avanços do ensino superior, no qual, distante de ser considerado o detentor de todo o conhecimento, as IES colocam-se no papel colaborativo, em parceria com a comunidade.

Todos os conhecimentos apresentam valor e, juntos, cada segmento pode atuar na melhoria da sociedade. Nesse sentido, um marco foi a Resolução CNE/CES nº 7/2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira.

Essa norma determina que, no mínimo, 10% da carga horária total dos cursos de graduação deve ser destinada a atividades de extensão, realizadas com a participação efetiva da comunidade externa e com ações que apresentem pertinência social (Brasil, 2018).

Essa medida reforça a importância da extensão na formação cidadã dos estudantes, amparada por políticas de incentivo e diretrizes do FORPROEX. Destacam-se:

- a) obrigatoriedade de atividades extensionistas integradas à matriz curricular;
- b) ampliação das ações extensionistas com foco em áreas estratégicas, como direitos humanos, sustentabilidade, inovação tecnológica, cultura e saúde;
- c) valorização da extensão como espaço privilegiado de aprendizagem experiencial, interdisciplinaridade e inovação social.

Embora o contexto da extensão seja pautado em lutas antigas e a ideia de curricularização não seja nova, muito tem sido discutido sobre a implementação dos 10% em programas e projetos extensionistas integrados ao currículo dos cursos. Essa discussão remete ao fato de que a noção e a importância da extensão ainda precisam ser evidenciadas e, até mesmo, esclarecidas. O que realmente é a extensão? O que vem a ser a curricularização da extensão? Será que realizar um evento é a concretização desse objetivo?

Não se trata de uma nova segmentação do currículo ou de uma segregação de disciplinas. A curricularização da extensão é um viés que busca integrar, refletir e tornar útil o ensino, retomando a reflexão acerca dos diferentes saberes, sob a perspectiva da interdisciplinaridade e da valorização do conhecimento múltiplo. Nesse contexto, a extensão deve assumir o papel de mediar a produção acadêmica e as demandas sociais, promovendo a justiça social, o desenvolvimento sustentável e a formação cidadã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise histórica da extensão universitária no Brasil revela que, embora haja avanços significativos em sua concepção e institucionalização, persistem contradições e desafios que comprometem a plena realização de seu potencial transformador. O percurso histórico demonstra que a trajetória não foi fácil e é marcada pela busca incessante pela melhoria da sociedade. Sabe-se que ainda há falhas e necessidade de melhorias, mas reconhece-se que houve avanços e que a caminhada é contínua.

De uma prática elitizada e assistencialista, a extensão passou a ser reconhecida como espaço de diálogo e transformação social, incorporando saberes acadêmicos e populares em um processo de construção coletiva do conhecimento. Os desafios ainda estão presentes e incluem consolidar a efetiva integração curricular da extensão, ampliar seu financiamento e fortalecer o vínculo com políticas públicas e demandas comunitárias, garantindo que a universidade cumpra seu papel social de maneira democrática e inclusiva.

O fortalecimento da extensão é fundamental para que as universidades possam cumprir plenamente seu papel e possam contribuir para a construção efetiva de uma sociedade mais justa e equitativa.

Da fase inicial, marcada pelo elitismo e pelo assistencialismo, à construção de uma extensão crítica e dialógica, o percurso foi permeado por tensões políticas, disputas ideológicas e limitações estruturais que ainda ecoam no presente.

As mudanças legislativas, como a inclusão da extensão no princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a regulamentação recente pela Resolução CNE/CES nº 7/2018, representam marcos importantes (Brasil, 2018). Contudo, tais avanços não garantem, por si só, a efetividade dessa dimensão acadêmica, especialmente diante da recorrente escassez de recursos, da insuficiência de políticas

públicas estruturantes e da persistência de interpretações nem sempre coerentes com a realidade, que restringem a concepção real sobre a extensão e seu papel na sociedade.

A curricularização da extensão, embora promissora, ainda enfrenta resistências e interpretações divergentes. Em muitos casos, falta clareza sobre o que realmente caracteriza uma atividade extensionista, e há dificuldade em romper com a lógica fragmentada do currículo, integrando, de fato, saberes acadêmicos e populares. Soma-se a isso a necessidade de ampliar a participação comunitária não apenas como público-alvo, mas como sujeito ativo na concepção, execução e avaliação das ações.

Nesse cenário, olhando para o passado e almejando o futuro, o desafio que se impõe na atualidade vislumbra a necessidade de repensar a extensão para além de uma obrigação legal ou de uma ação isolada institucional, transformando-a em espaço de construção coletiva do conhecimento, enfrentamento das desigualdades sociais e fortalecimento da cidadania. Isso exige compromisso pessoal, profissional, político, contínuo e a adoção de metodologias que reconheçam a diversidade cultural e os saberes interdisciplinares como parte legítima do processo educativo.

A extensão universitária, enquanto prática social e acadêmica, carrega o potencial de ser um dos principais instrumentos da universidade pública na promoção de uma sociedade mais justa, democrática e sustentável. Contudo, para que essa promessa se concretize, é preciso superar as barreiras históricas que mesmo de pois de tantos anos de lutas, ainda se mantêm em posição secundária, de forma tímida. Dessa forma, faz-se necessário ressignificar, pensar, amadurecer, desenvolver e ampliar de forma individual, coletiva e consciente, que a transformação social não se constrói apenas dentro do ambiente universitário, mas na interação e integração com diálogo, respeito e voltado para a transformação da sociedade.

REFERÊNCIAS

BEMVENUTI, V. L. S. Extensão Universitária: momentos históricos de sua institucionalização. *Vivências*, Erechim, ano 1, v. 1, n. 2, p. 8-17, 2006.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média. *Diário Oficial da União*, Brasília, 29 nov. 1968.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. *Diário Oficial da União*, seção 1, Brasília, DF, p. 49-52, 19 dez. 2018.

FORPROEX. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Brasília: Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 2012.

GADOTTI, M. Extensão universitária: para quê. *Instituto Paulo Freire*, v. 15, n. 1-18, p. 1, 2017.

MENEZES, M. R. Revisitando a história 1980-1995: a extensão universitária na perspectiva do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. *Revista Portuguesa de Educação*, v. 16, n. 2, p. 135-175, 2003.

NOGUEIRA, M. D. P. Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual. *Construção conceitual da extensão universitária na América Latina*. Brasília: UNB, p. 57-72, 2001.

CAPÍTULO 4

PROGRAMAS E PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta um panorama geral sobre a Política de Extensão no contexto da Universidade Federal do Amazonas, caracterizando seus programas, projetos, bases legais e princípios que norteiam os processos que envolvem as ações extensionistas dentro da Universidade. Na UFAM, a política de extensão é acompanhada por meio de uma Pró-reitoria específica que organiza seus processos a partir de 5(cinco) departamentos, a saber: Departamento de Programas e Projetos de Extensão (DPROEX), Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Impacto das Ações de Extensão (DEAA), Departamento de Políticas Afirmativas (DPA), Departamento de Articulação e Planejamento da Extensão (DARPEX) e Departamento de Cultura e Produção de Imagem (DCPI).

Além de apresentar as ações de extensão da Universidade Federal do Amazonas, descreveremos alguns pontos da Política Nacional de Extensão Universitária considerando suas classificações, áreas e eixos de atuação. Reafirmamos, de igual modo, a extensão como processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade.

As Classificações de Extensão no âmbito da Política Nacional

De acordo com a Política Nacional de Extensão, as ações para a extensão universitária podem ser organizadas a partir dos seguintes eixos: programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviço. Essa sistematização a partir desses eixos estruturantes permite organizar, acompanhar e avaliar os impactos das atividades extensionistas e a integração da extensão com o ensino e com a pesquisa. Como podemos perceber no quadro abaixo, a extensão tem múltiplas formas de ser implementada.

Quadro 1: Eixos estruturantes da Extensão Universitária no Brasil

Eixo	Características
Programa	Conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), preferencialmente integrando as ações de extensão, pesquisa e ensino. Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo.
Projeto	Ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado, vinculado ou não a um programa.
Cursos	Ação pedagógica, de caráter teórico e/ou prático, presencial ou a distância, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 horas e critérios de avaliação definidos.
Eventos	Ação que implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade.
Prestação de Serviço	Realização de trabalho oferecido pela Instituição de Educação Superior ou contratado por terceiros (comunidade, empresa, órgão público, etc.); a prestação de serviços se caracteriza por intangibilidade, inseparabilidade processo/produto e não resulta na posse de um bem.

Fonte: Adaptado de Forproex (2007)

Essa organização a partir dos eixos mencionados no quadro acima reflete a diversidade de vínculos possíveis com a comunidade e com os saberes produzidos na universidade. Outra importante caracterização descrita na Política Nacional de Extensão Universitária refere-se aos tipos de eventos científicos de extensão, conforme destacado no quadro a seguir:

Quadro 2: Classificação dos eventos de extensão

Classificação	Definição
Congresso	Evento de grandes proporções, de âmbito regional, nacional ou internacional, em geral com duração de 3 a 7 dias, que reúne participantes de uma comunidade científica ou profissional ampla
Seminário	Evento científico de âmbito menor do que o congresso, tanto em termos de duração (horas a 1 ou 2 dias), quanto de número de participantes, cobrindo campos de conhecimento mais especializados. Incluem-se nessa classificação eventos de médio porte, como encontro, simpósio, jornada, colóquio, fórum, reunião, mesa-redonda, etc.
Ciclo de debates	Encontros sequenciais que visam a discussão de um tema específico. Inclui: Ciclo de..., Circuito..., Semana de...
Exposição	Exibição pública de obras de arte, produtos, serviços, etc. Em geral é utilizada para promoção e venda de produtos e serviços. Inclui: feira, salão, mostra, lançamento.
Espetáculo	Demonstração pública de eventos cênicos musicais. Inclui: recital, concerto, show, apresentação teatral, exibição de cinema e televisão, demonstração pública de canto, dança e interpretação musical.
Evento esportivo	Inclui: campeonato, torneio, olimpíada, apresentação esportiva.
Festival	Série de ações/eventos ou espetáculos artísticos, culturais ou esportivos, realizados concomitantemente, em geral em edições periódicas.
Outros	Ação pontual de mobilização que visa a um objetivo definido. Inclui campanha.

Fonte: Adaptado de Forproex (2007)

De acordo com o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (2007), as ações de extensão contemplam uma diversidade de conhecimento produzido nas instituições de ensino superior, sendo organizadas em oito grandes áreas do conhecimento: Ciências Exatas e da Terra Ciências Biológicas Engenharia/ Tecnologia Ciências da Saúde Ciências Agrárias Ciências Sociais Ciências Humanas Linguística, Letras

e Artes. Essa organização ampla permite valorizar a pluralidade de saberes existentes, valorizando os campos e as demandas da sociedade.

Outra caracterização importante para compreender a extensão refere-se à prestação de serviços. Essa talvez seja a “frente” de atuação mais visível e reconhecida da extensão universitária pelo atendimento imediato de algumas demandas específicas da sociedade em geral. A título de exemplo e de acordo com Forproex (2007), alguns dos serviços de extensão universitária incluem:

- a) **Atendimento ao Público em espaços de Cultura, Ciência e Tecnologia:** Atendimento a visitantes em museus e centros de memória; atendimento ao público em espaços de ciência e tecnologia, como observatório astronômico, estação ecológica, planetário, jardim botânico, setores e laboratórios, etc; atendimento ao público em cineclubes.
- b) **Atendimento em Saúde Humana:** Consulta ambulatorial ou domiciliar programada, prestada por profissionais da área da saúde, consulta em situação que exige pronto atendimento (emergências e urgências), atendimento a pacientes internados, Intervenções cirúrgicas (hospitalares e ambulatoriais); exames de patologia clínica e anátomo-patologia, radiologia, ultra-sonografia e outros exames por imagem, provas funcionais, endoscopia, etc.

Esses serviços mostram como a prestação de serviços é socialmente relevante e se constitui como uma ação concreta da atuação prática dos saberes produzidos dentro da universidade. No entanto, espera-se que as práticas extensionistas como prestação de serviços incluam ações humanizadas, cidadãs e inclusivas. A seguir, será apresentada a política de extensão no âmbito da UFAM, com suas diretrizes e modelos de extensão, as quais fundamentam as ações extensionistas pela comunidade acadêmica.

A Política de Extensão da UFAM

A Política de Extensão da Universidade Federal do Amazonas se estrutura a partir de um conjunto de diretrizes, as quais apresentam e articulam elementos administrativos, conceituais, epistemológicos e pedagógicos necessários para uma educação mais transformada, crítica e inclusiva no contexto amazônico. São eles:

- Institucionalização das Ações de Extensão;
- Indissociabilidade entre as Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Caráter Interdisciplinar das Ações Extensionistas;
- Compromisso Social da Universidade na Busca de Solução dos Problemas mais urgentes da maioria da população;
- Reconhecimento dos Saberes Tradicionais e da Grande Relevância das suas Interações com o Saber Acadêmico;
- Incentivo ao debate permanente em torno da realidade amazônica propiciando a implementação de ações correspondentes às demandas das populações locais;
- Financiamento majoritário da Extensão como Responsabilidade Governamental e em caráter de complementaridade, por meio do estabelecimento de cooperação técnica e financeira junto às instituições e organismos – governamentais, não-governamentais, locais, regionais, nacionais e internacionais;
- Avaliação das Ações de Extensão;
- Programa Institucional de Bolsas de Extensão;
- Programa de Difusão e Publicação das Ações Extensionistas;
- Incentivo à Flexibilização Curricular;
- Apoio Sistemático à Implementação e Ampliação de todas as ações Extensionistas Institucionalizadas.

Cumpramos observar que a política de extensão da UFAM contempla importantes princípios que valorizam os saberes tradicionais, a interdisciplinaridade, a flexibilização curricular, o compromisso social e os modos de vida da Amazônia. Isso reafirma o papel social da universidade, incentivando práticas que abordem os problemas sociais, ambientais e educacionais de forma integral. A seguir, apresentaremos as modalidades executadas pela UFAM como forma de executar a Política Interna de Extensão.

Programas e Projetos de Extensão na UFAM

Quadro 3: Programas e Projetos de extensão da UFAM com suas características

Nome do Programa/Projeto	Forma de Submissão	Objetivos
Programa Atividade Curricular de Extensão (PACE)	Edital	Programa de concessão de bolsas, no valor de R\$ 1.500,00, para docentes da Ufam que desejem coordenar ações curriculares de extensão (acompanham o semestre letivo). O docente executa a ação, empregando o valor recebido no desenvolvimento do projeto que conta com participação de discentes e colaboradores. A equipe de execução recebe, em contrapartida, a certificação das atividades desenvolvidas, equivalente a 60 horas, que podem ser incluídas no currículo pessoal ou, no caso de discentes da Ufam, podem ser aproveitadas como atividades complementares nos currículos dos cursos com total de 04 créditos. A submissão das propostas é feita semestralmente e os requisitos e orientações para submissão constam em edital próprio. A solicitação da inclusão desses créditos deverá ser feita pelo participante na Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG)
Programa de Apoio à Realização de Cursos e Eventos (PAREC)	Edital	É a modalidade por meio da qual os eventos e cursos de extensão à comunidade podem ser institucionalizados. As propostas devem ser submetidas online, dentro dos prazos e padrões estabelecidos em Edital próprio e possuem mérito técnico, relevância social e viabilidade de execução, conferindo a gratuidade dessas ações. Nesta modalidade, o projeto pode ser coordenado por docentes, discentes e TAEs.
Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX)	Edital	Programa de concessão de bolsas para discentes de graduação da Ufam, que desejam participar de projetos de extensão nas unidades acadêmicas da capital e do interior. O PIBEX objetiva estimular os professores a se envolverem, juntamente com acadêmicos de graduação e pós-graduação, em ações de extensão e despertar o interesse pelo desenvolvimento

		de atividades comunitárias, aprimorando o processo de formação acadêmica. As atividades podem ser semestrais ou anuais, de acordo com o Edital próprio.
Ligas Acadêmicas (LACAD)	Edital	Modalidade que abrange associações científicas de iniciativa estudantil constituídas por professores e alunos com o objetivo de proporcionar ao acadêmico maior contato com a sociedade e comunidades
Projetos de Autossustentação Financeira (AS)	Fluxo Contínuo	Os projetos dessa natureza não dependem de edital para submissão da proposta, financeiramente autossustentável, cujos recursos captados são oriundos de financiamentos por instituições públicas ou privadas, cobrança de matrículas, inscrições e/ou mensalidades, assim como aqueles provenientes de prestação de serviços, com previsão de integrante discente da UFAM na equipe proposta pelo coordenador. Essa modalidade não possibilita o atendimento à solicitação de recursos financeiros ou materiais (passagens, diárias, bolsas, material gráfico ou de divulgação etc) provenientes do orçamento da UFAM
Fluxo Contínuo Custo Restrito (CR)	Fluxo Contínuo	É a modalidade de projeto de extensão universitária que não se insere nas outras modalidades de programas ou projetos (Programas de extensão, PACE, PIBEX, LACAD, PAREC ou Autossustentável), todavia se propõe a englobar a prestação de serviços, aplicação e socialização para a comunidade de práticas e descobertas científicas desenvolvidas na academia, assim como a realização de cursos, palestras e treinamentos de média e longa duração, que não envolvam a captação de recursos financeiros. Nesta modalidade, as propostas não dependem de edital para submissão e os participantes tem direito apenas à certificação
Programa de Extensão Institucionalizado	Fluxo Contínuo	conjunto articulado de ações de extensão de caráter multidisciplinar, que são fundamentadas em criteriosa avaliação da realidade social, integra atividades de ensino e pesquisa, com clareza de objetivos, propondo ações contínuas que objetivam a concreta resolução dos problemas da sociedade. É uma modalidade cujo cronograma de submissão de novas propostas é de Fluxo Contínuo

Fonte: Adaptado de UFAM (2010)

O processo de submissão das Propostas

Como vimos, a comunidade acadêmica da UFAM pode submeter propostas de extensão, para fins de institucionalização, por meio de editais próprios ou por fluxo contínuo. Em algumas delas há financiamento, como o PACE e PIBEX. No ato da submissão, os responsáveis pela submissão deverão preencher um formulário eletrônico no sistema E-Campus da UFAM, o qual inclui as seguintes questões:

- a) **Identificação do Projeto:** Título, área, área temática principal; entidade e/ou Instituições parceiras, Público e/ou comunidade-alvo; local de desenvolvimento da ação; número estimado de pessoas beneficiadas; período de realização (curso ou evento); duração; informação sobre se o projeto está vinculado a algum programa de extensão institucionalizado; informação se o projeto está vinculado a alguma disciplina do projeto pedagógico ou a alguma atividade de pesquisa; e informação se o projeto está relacionado à extensão inovadora.
- b) **Descrição do Projeto:** Resumo, Introdução, objetivo Geral, objetivos específicos, metodologias e referências.
- c) **Equipe de execução:** Informações sobre o coordenador, vice-coordenador, colaboradores e discentes e docentes envolvidos.
- d) **Cronograma de atividades:** Informações sobre as etapas do projeto de acordo com o tempo previsto em edital.
- e) **Documentos:** Anuência do departamento ou colegiado do coordenador e vice-coordenador e Termo de compromisso coordenador e vice-coordenador. No caso de financiamentos, deve ser inserido também os dados bancários.

Nos casos de projetos de fluxo contínuo, podem ser solicitados documentações adicionais para composição de processo específico, principalmente os que envolvem repasse financiamento. De acordo com o relatório de gestão da Pró-Reitoria de Extensão da Ufam, nos últimos três anos (2022 a 2024), temos o seguinte perfil de extensão:

Tabela 1: Perfil extensionista da UFAM (2012-2024)

Perfil extensionista	Ano	Quantidade
Público- alvo beneficiado	2022	366.163
	2023	452.404
	2024	1.203.754
Discentes executores de extensão	2022	3.518
	2023	6.089
	2024	4.001
Docentes executores de extensão	2022	1.315
	2023	1.711
	2024	700
Técnicos administrativos executores de extensão	2022	22
	2023	181
	2024	165
Parcerias	2022	553
	2023	539
	2024	388
Certificações	2022	12.006
	2023	7.926
	2024	9.127

Fonte: Adaptado dos relatórios de Gestão da Pró-Reitoria de Extensão da UFAM (2022-2024).
Disponível em: <https://proext.ufam.edu.br/relatorios-de-gestao-proext.html>

A tabela a seguir apresenta o quantitativo de ações por programa e projeto dos últimos três anos, evidenciando os cenários de crescimento, como também de quedas em projetos específicos.

Tabela 1: Quantidade de ações por programa/projeto

Programa	Ano	Quantidade
Pibex	2022	187
	2023	109
	2024	135
Pace	2022	440
	2023	407
	2024	195
Programas Próprios das Unidades	2022	48

	2023	46
	2024	38
Ligas Acadêmicas	2022	72
	2023	83
	2024	53
PAREC	2022	64
	2023	36
	2024	55
Custos Restritos	2022	42
	2023	54
	2024	111
Autossustentáveis	2022	18
	2023	19
	2024	21

Fonte: Adaptado dos relatórios de Gestão da Pró-Reitoria de Extensão da UFAM (2022-2024). Disponível em: <https://proext.ufam.edu.br/relatorios-de-gestao-proext.html>

Os relatórios de gestão da Pró-Reitoria de Extensão da UFAM, no período analisado de 2022 e 2024, evidenciam um cenário de crescimento, conforme vislumbrado em sua política interna. Um dos aspectos mais significativos que podemos considerar é a articulação com as comunidades em geral. Há um aumento considerável e expressivo de pessoas que foram atendidas por algum programa/projeto. Em apenas dois anos, houve um salto de 366 mil para mais de 1,2 milhão de beneficiários. Isso demonstra um compromisso social da universidade em ampliar seu alcance social.

No entanto, esse “avanço” se contradiz quando avaliamos outros indicadores como a participação dos docentes nas atividades. Em 2024, o número de docentes atuando em projetos de extensão caiu pela metade em relação ao ano anterior (de 1.711 para 700). Esse declínio pode indicar dificuldades como falta de engajamento, as burocracias no processo de submissão dos projetos, sobrecarga de trabalho ou até mesmo a necessidade de repensar os incentivos oferecidos (há ações complexas para pouco financiamento).

É possível constatar que o PACE é a principal iniciativa da UFAM nessa área, no entanto, teve uma queda considerável no número de ações. O mesmo aconteceu com as Ligas Acadêmicas, que por não ter incentivos financeiros desestimula a continuidade de tais projetos. Por outro lado, as ações com orçamento definido (programas

autossustentáveis) mais que dobraram nesse período, mostrando o interesse por projetos financiados por outras instituições. Considerando as tabelas, cabe destacar a necessidade de reforçar as políticas de incentivo e valorização da extensão universitária no âmbito da Universidade.

A extensão Universitária e a Amazônia

No contexto da Amazônia, a extensão universitária tem uma ação peculiar, pois cumpre um objetivo que não se “esgota” em uma interação entre universidade e comunidade. Ela tem um objetivo político. Tem o objetivo central de tornar-se uma estratégia de transformação socioambiental e cultural.

De acordo com Forproex (2023), a extensão pode atuar a partir de um compromisso com o ambiente, com o bem-estar da população e com a proteção da biodiversidade amazônica, a partir da atuação sistemática e organizada de ações de extensão que se voltem à valorização do território e de seu povo.

Outro ponto que se destaca também é a relação da extensão com os processos culturais. Forproex (2023) afirma que as ações culturais têm forte potencial de nutrir um conjunto de atividades de extensão que levem à valorização de todos os modos de expressão e interação sociais, contribuindo para a formação acadêmica. A consolidação da cultura e sua relação com a extensão passa, também, pela construção de Políticas Culturais que demonstrem os delineamentos da cultura e sua função social de valorizar saberes, práticas e fazeres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Por que precisamos defender a extensão como dimensão formativa fundamental?

De acordo Forproex (2023), há a necessidade de uma articulação das instituições de ensino superior para apoiar a reconstrução do país, por meio do esforço e da colaboração para a proposição, a execução e a avaliação de novas políticas públicas socioculturais e socioambientais que, aliadas à extensão, sejam oportunidade de atuação social e de formação cidadã das instituições de ensino superior, técnico e profissional do país.

Apesar das poucas publicações do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, é possível perceber as várias possibilidades de se fazer

extensão no cenário nacional, assim como no âmbito da Universidade Federal do Amazonas. O desafio é pensar as ações extensionistas de modo articulado, interdisciplinar e em rede. O desafio também é efetivar políticas de ampliação dos programas e projetos de extensão. Na prática, existem várias barreiras estruturais, como as do financiamento, logística e a própria continuidade dos programas.

Percebemos que muito ainda se tem a fazer para que a extensão seja realmente transformada. A Curricularização da extensão é uma importante iniciativa, mas não deve se limitar apenas a isso. São necessários mais investimentos em recursos para que estimule as práticas extensionistas, enquanto parte de projetos ou programas específicos, ou enquanto componentes curriculares dos projetos pedagógicos de cursos. É necessário termos uma rede forte nacional de extensão, que seja atuante e que defenda a extensão como dimensão formativa fundamental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. *Extensão Universitária: organização e sistematização*. Organização: E. J. Corrêa. Coordenação Nacional do FORPROEX. Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. *Carta de Belém do Pará*. Belém: FORPROEX, 2023. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/CARTA_DE_BELEM_DO_PARA_revisadaPDF.pdf. Acesso em: 16 maio 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM). Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução nº 008/2010-CONSEPE. *Aprova a Política de Extensão da Universidade Federal do Amazonas*. Manaus: UFAM, 2010.

CAPÍTULO 5

LIGAS ACADÊMICAS

INTRODUÇÃO

As ligas acadêmicas (LACAD) são modalidades da extensão universitária que buscam articular o ensino, pesquisa e extensão em perspectivas interdisciplinares, contextualizadas e tendo como foco, a abrangência e diálogo com a comunidade, tomando como ponto de partida, as áreas do conhecimento específicas.

Esta modalidade vem se consolidando no Brasil nas diversas áreas e dentre as que apresentam a maior abrangência, destaca-se a saúde, tendo os cursos de medicina como a área do conhecimento que mais pesquisa sobre as Ligas Acadêmicas (Takahashi, 2022; Cavalcante *et al.*, 2018). Com o passar do tempo observa-se a amplitude dessa modalidade que vem ganhando espaço nas diversas áreas, como as tecnológicas e no ensino, reconfigurando-se como espaços autônomos de formação prática, reflexão crítica e intervenção social (Baretta *et al.*, 2025).

As ligas ganharam espaço no século XX, com crescimento acentuado nas últimas décadas, acompanhando reformas curriculares e a valorização da extensão. As ações realizadas pelas LACADs ou LAs, como comumente são abreviadas, independente da área de atuação, demonstram que os projetos vêm contribuindo para a difusão e aperfeiçoamento de todos os envolvidos nesse processo, tornando-se espaços extracurriculares de formação e de interação entre a universidade e a sociedade (Gonsalves *et al.*, 2024).

Mas para uma análise mais integradora, o que vem a ser as Ligas Acadêmicas? Como elas funcionam e quais são as contribuições que elas apresentam no cenário relacionado a extensão universitária? Esse capítulo busca apresentar uma visão geral sobre as ligas acadêmicas, os fundamentos e o seu potencial à luz das diretrizes nacionais de extensão, da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da literatura especializada.

ORIGENS E CONCEITO DAS LIGAS ACADÊMICAS

Historicamente, a participação estudantil no desenvolvimento dos movimentos sociais e acadêmicos é inegável. Muitos avanços foram obtidos por meio das lutas estudantis e para

uma maior compreensão dessa modalidade de extensão, deve-se compreender seu conceito e como ela se fundamenta.

O princípio que orienta a atuação das LACADs relaciona-se com a Constituição Federal, no art. 207, que versa sobre a autonomia universitária e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Em acréscimo, tem-se a Política Nacional de Extensão Universitária que define diretrizes como interação dialógica, interdisciplinaridade/interprofissionalidade, indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, impacto na formação do estudante e impacto/transformação social, que são parâmetros úteis para qualificar o desenho e a avaliação de Ligas (FORPROEX, 2012).

A ação da LACAD é uma modalidade de extensão e tal qual o preceito, reconhecida como um pilar de sustentação, articulando ensino (conteúdos e habilidades) e pesquisa (identificação e enfrentamento de lacunas teórico-práticas). Quanto ao conceito, é possível perceber que os trabalhos descritos na literatura ainda estão em construção. No entanto, comumente é evidenciado a presença dos acadêmicos, dando inclusive a nomenclatura da atividade, associada a presença de um professor orientador e vinculada a uma área de aperfeiçoamento, configurados como programa regular de extensão universitária e estando orientadas à aprendizagem e ao desenvolvimento profissional em torno de um tema específico previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais do(s) curso(s) (Cavalcante *et al.*, 2021).

Na fundamentação de suas ações, percebe-se um consenso quanto às finalidades didático-pedagógica das ligas, na qual as instituições reconhecem essa modalidade extensionista como um aprofundamento das competências e habilidades a serem desenvolvidas, considerando o princípio da indissociabilidade entre teoria e prática.

Na análise histórica, as primeiras ligas acadêmicas no Brasil são descritas no início do século XX e são vinculadas à área da saúde, especificamente voltada ao combate da Sífilis, na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, fundada em 1920. Ela apresentava como objetivo, atividades assistencialistas que ofereceriam à população cuidados em saúde e que tinham um foco respostas filantrópicas às lacunas de assistência pública (Cavalcante *et al.*, 2018). Com o tempo, o foco assistencial inicial foi se combinando a estudos e práticas acadêmicas em torno de temas específicos, ampliando-se para outros cursos ainda na área da saúde, mas tendo a vertente de ensino e pesquisa.

Surgem, nesse sentido, orientados pela perspectiva curricular, atuações estratégicas para formação do profissional em outras áreas da saúde, como a enfermagem, odontologia e fisioterapia, com uma relação voltada para o aprimoramento de temas específicos (Casimiro *et al.*, 2023) Seguindo essa perspectiva, ainda hoje as publicações são concentradas nos cursos da saúde, mas já se evidencia uma ampliação para psicologia e para o ensino (Yamaguchi, 2021).

OBJETIVOS E AÇÕES DAS LACADS

Diversos estudos de caso e revisões apontam que LACADs atuam ampliando oportunidades de aprendizagem ativa, com ações relacionadas a atividades de ensino como seminários, discussão de casos, atividades práticas; produção científica, com elaboração de projetos, resumos, artigos e na organização de eventos e atividades extensionistas. No quadro 1 é possível visualizar exemplos de ações desenvolvidas pelas Ligas Acadêmicas no Brasil.

Quadro 1 – Atividades desenvolvidas por ligas acadêmicas brasileiras segundo o eixo de atuação

Eixo	Área	Liga Acadêmica	Atividade	Fonte
Ensino	Medicina	LiTRE – Liga de Trauma, Reanimação e Emergência (UFF)	Aulas teórico-práticas quinzenais (SBV, queimaduras, afogamento, choque, AVC) e simulações; participação associada a ganho de conhecimento.	Tedeschi <i>et al.</i> , 2018
	Enfermagem	LECADIO – Liga Acadêmica de Enfermagem em Cardiologia	Vivência prática e teórica em unidade de terapia intensiva, integrando o cuidado ao paciente crítico à formação.	Cassimiro <i>et al.</i> , 2023
	Farmácia	LAPLAM – Liga Acadêmica de Plantas Medicinais (CESMAC)	Monitorias e aulas teórico-práticas em Farmacobotânica, Farmacognosia, Fitoterapia e Fitocosméticos, articuladas ao currículo.	Silva <i>et al.</i> , 2019
Pesquisa	Medicina	LiTRE – Liga de Trauma, Reanimação e Emergência (UFF)	Incentivo à realização de pesquisas e submissão de trabalhos científicos vinculados às temáticas de trauma e emergência.	Tedeschi <i>et al.</i> , 2018
	Odontologia	FAO-UFMG – Conjunto de Ligas Acadêmicas de Odontologia	Produção e publicação de relatos de caso clínico e outros trabalhos decorrentes das atividades da liga.	Vilaça <i>et al.</i> , 2021

	Nutrição	LANFE – Liga Acadêmica de Nutrição Funcional e Esportiva (UERJ)	Apresentação oral e publicação de trabalhos em eventos institucionais e científicos sobre nutrição funcional.	Ferreira <i>et al.</i> , 2021
Extensão	Medicina	OFTALMOLIGA – Liga Acadêmica de Oftalmologia (FCMMG)	Campanhas de promoção da saúde ocular e ações comunitárias integradas ao tripé ensino–pesquisa–extensão.	Araújo <i>et al.</i> , 2019
	Educação Física	LIPSA – Liga Interdisciplinar de Promoção à Saúde do Adolescente (UVA)	Atuação em escolas e espaços comunitários, promovendo educação em saúde e ações preventivas com adolescentes.	Amaral <i>et al.</i> , 2024
	Licenciaturas (Química)	LAEQ – Liga Acadêmica do Ensino de Química (UFAM)	Visitas técnicas, palestras e práticas experimentais/lúdicas para estudantes do ensino médio, aproximando a universidade da comunidade.	Yamaguchi; Rodrigues, 2024; Yamaguchi, 2021.

Fonte: Os autores, 2025.

As ações buscam o fortalecimento de competências profissionais, como a comunicação, trabalho em equipe, liderança; e contribuição para articulação ensino–serviço–comunidade. Essas atividades têm ainda o viés de favorecer o protagonismo estudantil e a integração com a rede de serviços.

As publicações sobre as ligas enfatizam o vínculo com a comunidade e o desenvolvimento de habilidades práticas e reflexivas. Entre os objetivos centrais sobre as LACADs destacam-se:

- (i) Aprofundar conteúdos e competências técnico-científicas;
- (ii) Promover atividades didáticas (aulas, seminários, grupos de estudo), científicas (iniciação científica, produção de resumos/artigos) e extensionistas (ações com comunidades, eventos, oficinas, prestação de serviços);
- (iii) Desenvolver habilidades transversais (trabalho em equipe, comunicação, liderança).

COMO FUNCIONA UMA LIGA ACADÊMICA?

Uma Liga Acadêmica comumente é criada por iniciativa de um grupo de discentes com interesse comum em determinada área. A composição inclui a coordenação científica de um

docente e a quantidade de integrantes discentes é variável e conforme as normativas das instituições em que ela será institucionalizada.

Para a institucionalização, em algumas IES há editais que são enviados pelos coordenadores e em outros, há uma reunião que caracteriza a fundação e o registro em ata pública.

Para a organização interna, cria-se normatizações com regras mínimas para nortear as ações. Entre elas, destaca-se a importância de um estatuto ou regimento interno visando registrar normas básicas de funcionamento geral da LACAD. Entre os itens, tem-se:

- a) Objetivos;
- b) Metodologias de ação;
- c) Número de integrantes;
- d) Composição da direção;
- e) Coordenação;
- f) Processo de seleção para ingresso;
- g) Tempo de permanência;
- h) Recepção aos novos integrantes;
- i) Sanções;
- j) Proposta de ações desenvolvidas;
- k) Planejamento, registro e formas de avaliação.

Como busca para padronização, diretrizes e manuais institucionais vem sendo publicados, além de itens presentes nos editais, reforçando a necessidade de regras e normatizações. Alguns desses documentos encontram-se publicados e apresentam livre acesso (USP, 2021; ABLAM, 2021).

ENTRAVES, DESAFIOS E CONSIDERAÇÕES SOBRE AS LACADs

As Ligas podem ampliar a aproximação entre teoria e prática, estimular o protagonismo discente e fortalecer competências acadêmico-profissionais. No entanto, mesmo com a vasta experiência adquirida ao longo dos anos, a produção científica ainda é tímida, heterogênea e com escassez de estudos quantitativos (uni/multicêntricos) sobre impacto na formação dos acadêmicos, os benefícios para a comunidade que recebe as ações e aos fatores que levam a descontinuidade destas ações.

Verifica-se que as publicações se concentram na área da saúde com um lento e gradativo crescimento relacionado ao número de artigos científicos e relatos para a área de ensino ou para a área científica e tecnológica, e concentrado na região do Sul e Sudeste. O que é descrito de forma geral, são relatos qualitativos de experiências exitosas e modelos replicáveis, demonstrando a necessidade de um maior aprofundamento nas pesquisas (Baretta *et al.*, 2025). A quantidade de LACAD está crescendo, mas a divulgação das ações e as pesquisas realizadas ainda têm um trajeto que precisa ser percorrido.

Ainda, relacionado aos entraves que esta modalidade apresenta, cita-se Hamamoto Filho *et al.*, 2011; Gonsalves *et al.*, 2023, Silva e Flores, 2015):

- 1) Alinhamento do funcionamento das LACADs com as Diretrizes Curriculares e com o projeto pedagógico institucional dos cursos.
- 2) Ênfase apenas em atividades assistenciais ou conteudistas, sem integração com a extensão universitária e com os cenários da sociedade em que ela está inserida.
- 3) Escasso apoio e reconhecimento institucional;
- 4) Baixa adesão estudantil devido a fragilidade na cultura de organização discente;
- 5) Desarticulação entre ensino-pesquisa-extensão;
- 6) Dificuldades administrativas e consolidação;

As dificuldades descritas evidenciam que esse programa sem fins lucrativos e recursos institucionais apresentam fragilidades e que mesmo com diversos relatos de suas contribuições, faz-se necessário um olhar mais cuidadoso e incentivo para que as LACADs possam integra-se de formas eficiente à rotina pedagógica das instituições e possa trilhar um caminho com reflexões críticas e científicas mais aprofundadas

Essa ausência de comunicação entre as ações das ligas, os PPCs e Diretrizes curriculares e as IES pode reforçar hierarquias e vícios acadêmicos que comprometem o ideal que motivou a criação dessa modalidade estudantil. Além disso, cita-se que o propósito extensionista das LACADs é determinante para evitar a reprodução de um “currículo oculto”.

Cita-se ainda que a extensão é uma modalidade que vai muito além de eventos, cursos e assistencialismo, sendo necessário que existam experiências formativas que desenvolvam autonomia, criticidade, criatividade e compromisso social para todos os envolvidos. Dessa forma, as LACADs precisam alinhar-se a proposta abrangente que a vertente extensionista apresenta (Silva e Flores, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Ligas Acadêmicas constituem estratégia historicamente relevante e pertinente à curricularização da extensão nos cursos universitários. Seu potencial formativo inclui um planejamento pedagógico coerente, supervisão qualificada, integração institucional e avaliação sistemática de resultados e impactos.

Quando orientadas por tais princípios, as LACADs apresentam um potencial formativo inegável, contribuindo para a formação acadêmica e fortalecendo a função da universidade, com uma responsabilidade social e contribuindo para o desenvolvimento do meio em que está inserido por meio da troca de mútua de experiências. No entanto, quando não alinhadas ao marco normativo e pedagógico, suas ações podem desencadear uma fragmentação formativa.

A integração das ações e objetivos das LACADs alinhados às políticas de extensão, organização e planejamento institucional depende de um esforço colaborativo entre todos os envolvidos, gestores, orientadores, discentes e a comunidade, cumprindo a função de ser um espaço de aprendizagem interdisciplinar, cooperação acadêmica e tendo um compromisso social, consolidando evidências sobre seus efeitos na formação e na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABLAM. Associação Brasileira de Ligas Acadêmicas de Medicina. *Diretrizes Nacionais em Ligas Acadêmicas de Medicina*. Disponível em: <https://ablam.org.br/diretrizesnacionais/>.

AMARAL, H. R. et al. Persistência e resiliência de uma liga acadêmica de extensão universitária interdisciplinar. *Revista Interdisciplinar de Extensão*, v. 8, n. 16, p. 121–136, 2024.

ARAÚJO, R. F. A. et al. A contribuição na disseminação do conhecimento de Oftalmologia da primeira Liga Acadêmica de Belo Horizonte: um relato de experiência. *Medicina (Ribeirão Preto)*, v. 52, n. 4, p. 329-337, 2019.

BARETTA, E.; GRIGOLLO, L.; CHIROLLI, M. J.; SOUZA, R.; PINTO, M. O. Ligas acadêmicas no ensino superior em Educação Física: dificuldades, reflexões e estratégias de reestruturação. *Caderno Pedagógico*, v. 22, n. 8, p. e17012, 2025. DOI: 10.54033/cadpedv22n8-066.

CASSIMIRO, M. P. et al. Impacto da Liga Acadêmica na formação de Enfermagem: um relato de experiência. *Interfaces – Revista de Extensão da UFMG*, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/36549>.

CAVALCANTE, A. S. P. et al. As ligas acadêmicas na área da saúde: lacunas do conhecimento na produção científica brasileira. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 42, n. 1, p. 199-206, 2018.

CAVALCANTE, A. S. P. et al. Em busca da definição contemporânea de “ligas acadêmicas” baseada na experiência das ciências da saúde. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v. 25, e190857, 2021.

FERREIRA, W. A. Academic League of Functional and Sports Nutrition: an initiative to contribute to the training of undergraduate Nutrition students. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 2, p. e19910212426, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i2.12426. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/12426>.

FORPROEX. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Brasília: Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, 2012. Disponível em: <proex.ufsc.br>. Acesso em: 13 ago. 2025.

GONSALVES, D. G. et al. Ligas acadêmicas em saúde: uma revisão sistemática e proposta de checklist norteador de novos estudos. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 48, n. 1, e001, 2024.

HAMAMOTO FILHO, P. T. Ligas Acadêmicas: motivações e críticas a propósito de um repensar necessário. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 35, n. 4, p. 535-543, 2011.

SILVA, K. W. L. et al. Liga acadêmica de plantas medicinais: um desafio extracurricular. *Extensio: Revista Eletrônica de Extensão*, v. 16, n. 34, p. 85-102, 2019.

SILVA, S. A.; FLORES, O. Ligas acadêmicas no processo de formação dos estudantes. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 39, n. 3, p. 410–425, 2015.

TAKAHASHI, E. Y. A liga acadêmica no contexto da extensão universitária: um relato de experiência. *Extensão em Foco*, n. 28, 2022. DOI: 10.5380/ef.v0i28.85658. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/extensao/article/view/85658>. Acesso em: 14 ago. 2025.

TEDESCHI, L. T. et al. A experiência de uma liga acadêmica: impacto positivo no conhecimento sobre trauma e emergência. *Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões*, v. 45, p. e1482, 2018. DOI: 10.1590/0100-6991e-20181482.

USP. Universidade de São Paulo. Escola de Enfermagem. *Guia para criação e organização de ligas acadêmicas*. São Paulo: USP/EE, 2021.

VILAÇA, Ê. L. et al. The Academic Leagues of Faculty of Dentistry at UFMG: beyond the curriculum. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 11, p. e269101119511, 2021. DOI:

10.33448/rsd-v10i11.19511. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/19511>. Acesso em: 15 ago. 2025.

YAMAGUCHI, K. K. L.; RODRIGUES, L. S. Sejam bem-vindos à universidade! Contribuições da Liga Acadêmica do Ensino de Química para a aproximação da universidade com a comunidade. *Infinitum: Revista Multidisciplinar*, v. 7, n. 14, p. 130–147, 17 nov. 2024. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/infinitum/article/view/23577>.

YAMAGUCHI, K. K. L. Liga acadêmica “O ensino de Química no contexto amazônico”: interface entre ensino, pesquisa e extensão. *Caminho Aberto: Revista de Extensão do IFSC*, n. 14, p. 87–95, 2021. Disponível em: https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/caminhoa_berto/article/view/2976. Acesso em: 15 ago. 2025.

CAPÍTULO 6

POR UMA UNIVERSIDADE EXTENSIONISTA: BASES, CAMINHOS E DESAFIOS DA CURRICULARIZAÇÃO

INTRODUÇÃO

Um dos desafios centrais é que a extensão integre o ato educativo de todas as práticas dos estudantes e docentes da Universidade. Esse desafio exige um processo de institucionalização da extensão em relação a outras funções da universidade, que se opõe a curricularizar apenas certas experiências particulares e dar créditos (Tommasino; Rodríguez, 2011)¹

Este capítulo tem como principal objetivo apresentar algumas das bases teóricas, metodológicas e epistemológicas que envolvem o processo da curricularização da extensão no contexto universitário brasileiro. Esse processo, ainda pouco evidenciado nos projetos pedagógicos de cursos das instituições de ensino superior, é considerado como uma das principais “estratégias” para integrar a extensão com o ensino e com a pesquisa, assim como para possibilitar “movimentos” que desenvolvam nos estudantes um olhar mais completo, humano e integrado sobre a realidade, como bem sinalizam Ribeiro, Talian e Moreto (2017, p.260):

Eu olho para dois momentos da minha formação: o antes e o depois da extensão. Entendo que existe um grande diferencial entre o ser estudante e o ser estudante extensionista. O primeiro resumia-se em colocar os meus materiais na mochila e vir para universidade, ler alguns livros da biblioteca, fazer algumas perguntas nas aulas. O ser estudante extensionista significa perceber o ensino como um universo. Eu vou para o bairro, escuto as pessoas, recebo abraços dos estudantes, percebo o que pode ser melhor na educação e venho para sala de aula com a mochila cheia de aprendizados e inquietações, ao encontrar-me com os livros, colegas e professores vou abrindo esta mochila e compartilhando saberes acadêmicos e populares. Sinto que a extensão me desafia a protagonizar a minha formação, percebendo que o saber vai para além das paredes da sala de aula (Grifo nosso)

A expressão “mochila cheia de aprendizados e inquietações” apresentadas pelos autores e que sublinhamos como destaque, exemplifica uma das possíveis contribuições de um processo extensionista. Não temos como “dimensionar” os aprendizados que se

¹ Trecho traduzido por Imperatore (2019)

desenvolvem em uma ação porque ultrapassam as questões curriculares. Envolvem uma relação de sentidos e significados.

No entanto, como mencionado, existem ainda “barreiras” para implementar esse processo, a qual preferimos chamá-las de “oportunidades”. Uma delas é que ao curricularizar a extensão, urge a necessidade de reorganização dos projetos pedagógicos de cursos (PPCs). Reconhecemos essa reestruturação dos PPCs como oportunidade para proporcionar um exercício reflexivo e avaliativo do projeto em execução, envolvendo suas bases teórico-metodológicas, suas aproximações com a realidade local e uma avaliação da relação dos conteúdos do curso com o perfil profissional almejado.

Outrossim, envolve tecer considerações sobre o processo formativo de forma geral. Não é apenas inserir o percentual mínimo exigido de extensão no currículo de acordo com a Resolução CNE/CES nº 7/2018. É pensar inicialmente como ele vem sendo executado, quais as principais dificuldades encontradas nesse processo formativo.

Nesse sentido, torna-se um movimento dialético e contínuo de reconstrução dos sentidos, onde há reflexões sobre o “modus operandi” de um determinado curso, questionando práticas talvez excludentes ou que não mais dialogam com a perspectiva plural e inclusiva. De certa forma, é uma oportunidade que se tem para ampliar os horizontes contemplando princípios importantes como o do compromisso social, interdisciplinaridade e a articulação indissociável da universidade com os múltiplos saberes que (co)existem nesse processo democrático que vislumbramos para a educação superior. A figura abaixo apresentará alguns tópicos deste capítulo, numa perspectiva de integração e coexistências dos múltiplos saberes.

Figura 1: Perspectiva de Coexistência de saberes



Fonte: Elaboração dos autores

A imagem demonstrada acima nos aponta caminhos para a curricularização, não de forma verticalizada. É substancial pensar em outro tipo de articulação. É importante horizontalizar as relações entre universidade e comunidade, entre a formação e o compromisso social, entre os saberes e a formulação de políticas públicas. A centralidade da coexistência de saberes aponta para um caminho de ruptura, reforçando a necessidade de superação da lógica unidisciplinar e fragmentada, para uma vertente mais crítica e coletiva de soluções.

Curricularização da Extensão: Bases Conceituais e Metodológicas

A educação visa à libertação, à transformação radical do sujeito, que é educado e que educa também, tornando-se “ser mais”, e da realidade, para melhorá-la, para torná-la mais humana, para permitir que os homens e mulheres sejam reconhecidos como sujeitos de sua própria história e não como objetos (Freire, 2016, p. 17).

A epígrafe que inicia esse tópico é uma reflexão que nos inspira a pensar na necessidade de uma consciência crítica e política em qualquer processo formativo. É a primeira base epistemológica que queremos sublinhar. Paulo Freire nos admoesta sobre essa interlocução da formação com a vida; sobre a interlocução da formação com os problemas sociais; e sobre essa objetivação da experiência universitária com os processos contra hegemônicos e emancipatórios. Nessa perspectiva, é possível “acreditar” que a extensão, ao se mover para/pelo/com o território e ao ser “curricularizada”, pode constituir-se como um fundamento dialógico-político, a partir da seguinte postura epistemológica:

Uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar, ao invés de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio “eu”, submetido a prescrições alheias. Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro. À análise crítica de seus “achados”. A uma certa rebeldia, no sentido mais humano da expressão. Que o identificasse com métodos e processos científicos (Freire, 2002, p. 97-98).

A partir dessa perspectiva, apresentaremos alguns “caminhos” para implementação do processo de Curricularização da extensão, que serão sinalizados aqui, por enquanto, por meio de algumas perguntas-reflexões:

- a) Que programas e projetos de extensão já são executados pela instituição e que resultados apresentam? Quais áreas são mais “extensionistas”? Que metodologias são as “engrenagens” desse processo?
- b) Que concepções temos sobre “extensão”?
- c) Que práticas já realizávamos mesmo antes da curricularização, as quais poderíamos caracterizá-las e/ou reconhecê-las como extensão?
- d) O que caracteriza uma atividade de extensão?
- e) Quais componentes curriculares do curso possuem uma “natureza” mais extensionista?
- f) Como dimensionar a carga horária de extensão para esses componentes curriculares?
- g) Como conseguimos relacionar as práticas extensionistas à realidade do território?
- h) A extensão enfraquece ou potencializa o desenvolvimento dos conteúdos previstos nos projetos pedagógicos de cursos?
- i) Que instrumentos de avaliação podemos implementar para avaliar as práticas extensionistas?
- j) O que podemos fazer para documentar, sistematizar e publicizar as experiências extensionistas?
- k) Que tipo de parcerias e recursos são necessários para ampliar e potencializar as ações extensionistas?
- l) Os docentes estão preparados para executar diferentes tipos de ações extensionistas? São necessárias formações continuadas?
- m) Que estratégias podemos adotar para garantir que a extensão curricularizada seja contínua, articulada e institucionalizada e não apenas vinculada a iniciativas isoladas?

A partir dessas perguntas que não se “esgotam” em si mesmas, abrem-se as possibilidades à uma autoavaliação institucional para coletivamente situar o lugar da extensão nas práticas da universidade. A partir delas, é possível enumerar alguns passos metodológicos concretos que podem ser utilizados como aportes para implementação da Curricularização da Extensão, como apresentaremos a seguir:

Quadro 1: Passos metodológicos para curricularização da extensão

Passo Metodológico	Atividade	Possíveis resultados
1º - Alinhamento Conceitual	Reunião com membros do Colegiado/NDE	Clareza no posicionamento conceitual sobre a extensão universitária.
2º - Mapeamento das Ações Extensionistas Existentes	Identificar as atividades extensionistas já realizadas pelo curso.	Autoavaliação institucional reflexiva e crítica
3º - Definição dos componentes curriculares com carga horária extensionista	A partir da identificação das atividades extensionistas existentes e já consolidadas, é possível relacioná-las aos seus componentes, dimensionando uma carga horária de extensão e definindo as Estratégias de Integração Curricular.	Projeto Pedagógico de Curso contemplando os 10% da carga horária de extensão exigidos na legislação vigente.
4º - Reestruturação do PPC	Atualização das ementas das disciplinas que terão as atividades extensionistas como parte da carga horária de extensão. É importante que fique explícito na ementa a abordagem extensionista. De igual modo, os objetivos específicos também precisam incorporar ações práticas para evidenciar a extensão. - Elaborar as ementas para componentes curriculares específicos de extensão.	Projeto Pedagógico de Curso atualizado, apresentando de forma clara e coerente em como a extensão foi curricularizada e como será organizada dentro dos componentes curriculares ou como componentes específicos.

5º - Elaboração de Normatização específica para as ações de Extensão para ser incluída no projeto Pedagógica de Curso	- Apresentar as normas, conceitos e recomendações metodológicas para subsidiar o plano de ensino dos professores. É importante que essas normas sejam realizadas como resolução aprovada pelo colegiado dos cursos e amplamente divulgadas para a comunidade escolar.	Normas e diretrizes institucionais de extensão incluídas no PPC, orientando os docentes na organização das práticas extensionistas e devidamente aprovadas pelo colegiado do curso.
6º - Elaboração de Instrumentos de Avaliação e Acompanhamento	Criar instrumentos que possibilitem o acompanhamento contínuo das práticas extensionistas, considerando o impacto acadêmico, social e formativo	Sistematização da avaliação da extensão
7º - Sistematização, Registro e Publicização das Experiências	Registrar as ações extensionistas e promover sua divulgação por meio de redes sociais. Cabe destacar a importância de orientação quanto ao registro dessas ações extensionistas no diário de classe dos docentes.	Visibilidade institucional das ações; fortalecimento da cultura extensionista; estímulo à participação estudantil e docente
8º - Formação continuada dos docentes	Oferecer oficinas, seminários, cursos e momentos de estudo coletivo sobre a curricularização da extensão, abordando conceitos, metodologias e formas de avaliação	Maior engajamento e preparo dos docentes para integrar a extensão ao ensino; fortalecimento do protagonismo docente
9º - Evento para Socialização das práticas exitosas de extensão	Realização de seminário ou Mostra Extensionista com apresentação das experiências pelos docentes e discentes	Valorização das boas práticas; troca de experiências; fortalecimento institucional da extensão

universitária	envolvidos tanto nos componentes curriculares de extensão ou próprio, quanto em outros programas institucionalizados como Ligas Acadêmicas, Pibex, Pace, etc.	universitária.
---------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------

Fonte: Elaboração dos autores

Consideramos que cada momento metodológico apresentado acima não é uma “receita”, mas um possível convite aos coordenadores de cursos, docentes, colegiados e estudantes para estabelecer vínculos com os territórios a partir do processo de curricularização da extensão. Apontamos, ainda que reiteradamente, que o compromisso ético-político, a coletividade e a reflexividade são eixos centrais que devem ser transversais em todo o processo de planejamento, execução e avaliação da extensão.

Outro importante ponto que merece atenção refere-se aos entraves ou dificuldades que surgirão no processo de implementação da curricularização da extensão ou de outras ações extensionistas no âmbito das instituições. A seguir apresentaremos alguns deles.

Quadro 2: Entraves e possíveis intervenções no processo de implementação da curricularização

Entraves	Possíveis intervenções
Questões de relação institucional com o poder público	- Firmar acordos/termos de cooperação técnica com as prefeituras, secretarias do governo do Estado, dentre outras instituições, para consolidar as ações.
Falta de Financiamento para ações que envolvem recursos.	- Submissão de projetos a editais internos e externos, assim como firmar parcerias com instituições para viabilizar recursos para as ações.
Limitação conceitual de extensão, reduzida a práticas assistencialistas.	Reuniões de alinhamento, estudo e de socialização de práticas extensionistas.
Falta de disponibilidade de tempo (alunos e docentes)	Possibilitar a flexibilização de horários e formatos, evitando a sobreposição de

	atividades
Carga horária excessiva para os docentes	Reconhecer formalmente a carga horária de atividades extensionistas na distribuição das tarefas docentes.
Falta de preparo para organização, execução e avaliação de atividades extensionistas	Realizar continuamente formações continuadas e oficinas metodológicas com foco no planejamento e na avaliação das atividades de extensão.

Fonte: Elaboração dos autores

Um outro caminho possível: a institucionalização de Programas de Extensão Interdisciplinares (PEIs)

Forproex (1987) traz uma imprescindível reflexão que direciona o tópico que ora discorreremos, considerando a extensão como uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. Complementa que:

No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento (...) além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (Forproex, 1987, p. 11).

É essencial sinalizarmos a fecundidade de um trabalho pedagógico a partir da institucionalização de Programas de Extensão Interdisciplinares (PEIs). Essa “estratégia” pode fortalecer a curricularização da extensão de forma articulada e por várias mãos. Os PEIs integram saberes e fazeres de diferentes cursos, a partir de temáticas comuns, com forte vínculo territorial e social. A título de exemplo, podemos destacar ações de Educação em Saúde, ou atividades que envolvem as relações étnico-raciais, sustentabilidade, direitos humanos, educação inclusiva, saúde coletiva, etc. Essas atividades, quando realizadas por múltiplas lentes, de forma colaborativa e contextualizada, impulsionam a extensão como eixo central para discussões com abordagens mais críticas e globais. Abaixo, segue exemplo que “desenhemos” para demonstrar essa relação coletiva das áreas.

Quadro 3: Exemplo de um Programa Interdisciplinar de Extensão (PEI)

Título do Programa	Saúde Ambiental: Interfaces em Saúde, Educação e Biotecnologia
Principais impactos	<ul style="list-style-type: none"> -Atuação interdisciplinar para o cuidado com o território; - Integração entre saberes acadêmicos e saberes comunitários numa perspectiva de integração das áreas; - Reflexão coletiva com o intuito de estimular a formulação de políticas públicas em saúde ambiental; - Fortalecimento das ações de curricularização da extensão nos cursos envolvidos.
Objetivo Geral	Promover atividades com abordagens interdisciplinares e interprofissionais, com foco no território, realizando diagnóstico e mobilização em saúde ambiental e integrando ensino, pesquisa e extensão.
Objetivos Específicos	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar diagnósticos coletivos para identificar os principais problemas ambientais e seus impactos na saúde; - Elaborar e distribuir materiais educativos e lúdicos que discorrem sobre a temática da saúde ambiental, por meio de uma linguagem acessível. - Promover processos educativos sobre saúde ambiental com as comunidades escolares e usuários do SUS
Pressuposto Teórico	A saúde é resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso aos serviços de saúde. É, assim, antes de tudo o resultado das formas de organização social, de produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida (Pain; Almeida, 1998, p.4).
Etapas do PEI	<p>Etapas do PEI</p> <p>Etapas 1: Alinhamento da proposta interdisciplinar nos colegiados dos cursos e com os núcleos docentes estruturantes (NDEs);</p> <p>Etapas 2: Submissão do PEI no processo de fluxo contínuo para fins de institucionalização, obedecendo aos procedimentos internos da Pró-Reitoria de Extensão;</p>

	<p>Etapa 3: Diagnóstico situacional do território a partir da temática saúde ambiental;</p> <p>Etapa 4: Realização das ações previstas do PEI considerando todos os procedimentos metodológicos delineados;</p> <p>Etapa 5: Avaliação e sistematização dos resultados obtidos;</p> <p>Etapa 6: Divulgação dos resultados.</p>
Principais estratégias metodológicas	<ul style="list-style-type: none"> - Reunião de alinhamento com os colegiados dos cursos; - Reuniões de pactuação com os parceiros envolvidos no programa; - Roda de Conversas; - Seminário de Socialização das ações do programa; - Produção de materiais educativos; - Atividades laboratoriais (Ex: alunos do curso de biotecnologia poderão realizar a análise da qualidade da água, solo e ar com base em parâmetros microbiológicos e bioquímicos (ex. coliformes fecais, metais pesados, pH, etc). - Palestras e Oficinas;
Cursos envolvidos	Licenciaturas em Ciências: Biologia e Química; Licenciatura em Ciências: Matemática e Física; Biotecnologia; Fisioterapia; Nutrição; Medicina e Enfermagem.
Temas Integradores articulados	<ul style="list-style-type: none"> - Educação Ambiental: Bases legais: Lei N° 9.795, de 27 de abril de 1999; Decreto N° 4.281, de 25 de junho de 2002 e Resolução CNE/CP N° 2/2012, assim como, a resolução n° 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação Ambiental; - Educação em Direitos Humanos: Bases legais: Parecer CNE/CP N° 8 de 6/3/2012 e Resolução CNE/CP N° 1 de 30 de maio de 2012. O Art. 3° da Resolução n° 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, assegura essa educação como forma de promoção da transformação social (vide Artigos 3°, 6°, 7° e 12).

	<p>- Educação para Relações Étnico-Raciais: Bases Legais: (Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996; Lei N° 10.639, de 9 de janeiro de 2003; Lei N° 11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004; Parecer CNE/CP N° 003 de 10/3/2004) e a resolução CNE/CP N° 01, de 17 de junho de 2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, institui essa educação e seu desenvolvimento especialmente em IES que oferecem programas de formação docente inicial e continuada (Art. 1°, §1° e 2°).</p>
Resultados esperados	<ul style="list-style-type: none"> - Relatos de experiências, cartilhas e vídeos educativos; - Documento com propostas comunitárias para políticas públicas; - Trabalhos de conclusão de curso (TCCs) com base nas ações do PEI (incentivar escritas dos alunos a partir dessa perspectiva interdisciplinar e interprofissional); - Artigos Científicos. - Capítulos de Livros;
Estratégias de Curricularização	<ul style="list-style-type: none"> - Vinculação das disciplinas de Educação em Saúde, Saúde Ambiental, Vigilância em Saúde, Saúde Coletiva, Epidemiologia, Saúde, Sociedade e Cultura na Amazônia, Determinantes Sociais de Saúde, e Sustentabilidade Ambiental.
Parcerias	<ul style="list-style-type: none"> - Secretaria Municipal e estadual de Educação; - Secretaria do Meio Ambiente; - Associação de moradores; - Instituições não governamentais;
Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> - Roda de conversa para avaliação dos resultados com estudantes, docentes e comunidade; - Relatório do programa, descrevendo os principais indicadores de participação e os impactos.
Divulgação	<ul style="list-style-type: none"> - Postagens periódicas nas Redes sociais da Instituição

Fonte: Elaboração dos autores

Pires e Bastos (2021) apresentam alguns pontos de tensionamentos, fraquezas e alertas sobre o processo de curricularização, principalmente para não se tornar apenas uma questão cartorial. Como elementos de “ameaça” os autores apontam os seguintes problemas: Interpretação de extensão como disciplinarização ou inserção desarticulada do currículo; dificuldades de envolver toda a comunidade acadêmica, principalmente os alunos que trabalham; conflito conceitual sobre extensão na universidade, departamentos de ensino, pesquisa e extensão, os quais “geralmente” não dialogam entre si; e a falta de formação de professores. Nesse sentido, é essencial seguirmos aportes teóricos que ajudem na superação dessas dificuldades.

Referenciais teóricos para uma Curricularização Plural, Dialógica e Decolonial

Quadro 4: Fundamentos teóricos para subsidiar o processo de curricularização

Referencial Teórico	Principais Contribuições
Paulo Freire	Apresenta importantes reflexões sobre a relação da universidade com a comunidade, por meio de um modelo problematizador, crítico e dialógico. Freire destaca que toda ação deve ser pautada numa construção coletiva do conhecimento, sem hierarquização, que possibilite a transformação social.
Boaventura de Souza Santos	Propõe uma ecologia de saberes, que valoriza as formas e modo de vida das pessoas, os saberes tradicionais e as experiências das comunidades.
Davi Kopenawa	É uma das principais lideranças indígenas, que ajuda a pensar sobre essa relação da universidade com as comunidades no contexto amazônico. Davi Kopenawa defende o reconhecimento da sabedoria e da cosmovisão indígena.
Ivani Fazenda	No Brasil, é uma das principais referências quando falamos de interdisciplinaridade. Fazenda reitera a necessidade de superação das dicotomias entre teoria e prática, e a articulação dos saberes.

Marilena Chauí	Critica o foco assistencialista de algumas ações extensionistas, como a mercantilização da universidade. Chauí defende o contexto universitário como um espaço potente para resistência e emancipação.
Catherine Walsh	Propõe uma “decolonialidade do saber”, que pode fazer parte dos fundamentos teóricos que subsidiam a extensão. Para a autora, a interculturalidade crítica pode ser uma das bases para as práticas pedagógicas dos docentes, que podemos relacionar, portanto, às ações extensionistas.

Fonte: Elaboração dos autores

Podemos considerar que as principais características para definir se uma atividade é extensionista ou não, deve partir de uma importante questão norteadora: A atividade envolve a interação com a comunidade externa e possui caráter formativo dialógico e territorializado? Esse pressuposto talvez nos direcione para uma “utopia”, a da territorialização da universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: É necessário territorializar a universidade!

Territorializar a universidade implica, então, pensá-la em relação com e atravessada pelos problemas sociais e pelos saberes como frutos de lutas pela transformação e libertação, desprezando, definitivamente, aquele modo de considerá-la um lugar de onde se irradia a denominada “alta cultura” (HUIDOBRO et al., 2015, p. 37)²

É importante reconhecer que um programa de extensão de natureza interdisciplinar e interprofissional não surge de forma “espontânea” e nem é realizado com qualidade por uma única lente. Ele precisa de vários olhares. Ele precisa ser cultivado ao longo de todas as etapas. Ele precisa de acompanhamento e avaliação constante em um movimento dialógico, dialético e cuidadoso. Com isso, os resultados esperados nos convencem que é importante insistir nesse tipo de programa. Os resultados nos provocam quanto às idiosincrasias, e aos

² Trecho traduzido por Imperatore (2019)

aprendizados que vão além de uma abordagem curricular. É uma aprendizagem “em nós”, para o bem-viver, para o território, para a vida!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. *Conceito de extensão, institucionalização e financiamento*. Porto Alegre: UFRGS, 1987.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. 26. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, P. *Pedagogia da conscientização*. Trad. T. J. R. Leme. São Paulo: Cortez, 2016.

IMPERATORE, S. L. B. *Curricularização da extensão: experiência da articulação extensão-pesquisa-ensino-extensão como potencializadora da produção e aplicação de conhecimentos em contextos reais*. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.

PAIM, J. S.; ALMEIDA FILHO, N. Saúde coletiva: uma “nova saúde pública” ou campo aberto a novos paradigmas? *Revista de Saúde Pública*, 1998.

PIRES, W. F.; BASTOS, B. F. Curricularização da extensão: um debate necessário para a formação universitária. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 6, p. 64556–64568, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/bjpe/article/view/30835/21170>. Acesso em: 24 maio 2025.

RIBEIRO, S.; TALIAN, F.; MORETTO, C. Realidades, laços e nós: a cartografia social como experiência extensionista. In: DALMOLIN, B. D.; HENRICH, G.; GODINHO, L. R. (Orgs.). *A extensão universitária no protagonismo e na qualificação da formação do estudante*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2017.

CAPÍTULO 7

PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA (PIBEX)

O Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária (PIBEX) é uma política acadêmica adotada por diversas universidades, principalmente as públicas, com o objetivo de promover a formação acadêmica e profissional dos bolsistas a partir dos projetos e programas em que estes foram integrantes (Cunha, 2020).

O PIBEX atua em um processo educativo, cultural e científico, por meio da articulação com o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabilizando a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade (FORPROEX, 2012). Essa aproximação visa garantir uma formação cidadã, crítica e profissional, com responsabilidades na superação das desigualdades sociais e promoção da democracia.

Nesse cenário, a universidade contribui para a resolução e o apoio às demandas e questões vivenciadas pelas comunidades, ao mesmo tempo em que sistematizam, constroem, interagem e trocam informações e saberes vindo do compartilhamento de experiências, envolvendo o reconhecimento e a valorização dos saberes populares (Freitas, Freitas e Vieira, 2019).

Mas de forma geral, o que diferencia o PIBEX de outras modalidades de extensão? São tantas as vertentes extensionistas que é importante ter de forma clara o que os diferencia e suas particularidades. Nesse capítulo será apresentado sobre a origem e o conceito, áreas de atuação, como funciona o projeto PIBEX, refletindo suas contribuições e seus desafios.

ORIGEM E CONCEITO DO PIBEX

O PIBEX representa uma política institucional voltada para democratização do saber e valorização de conhecimentos que promovam diálogo e enfrentamento de problemáticas sociais (UFRB, 2016). Ainda, assemelhando-se a todo o histórico universitário, a origem dessa modalidade extensionista no Brasil remonta o período da consolidação da extensão universitária no ensino superior.

Nesse sentido, o PIBEX está inserido de forma geral, na Constituição Federal de 1988, em que já era estabelecida a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Art. 207). No entanto, foi na Política Nacional de Extensão Universitária formulada pelo FORPROEX (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras) nos anos 1990 e 2000 que se evidenciou essa dimensão institucional (FORPROEX, 2012).

Mas até aí, essas informações são genéricas a outros projetos/programas de extensão, sem novidades. A partir dessa demanda institucional, muitas universidades federais passaram a criar programas próprios e foi nesse interim que o programa apresentou o diferencial. Seguindo o exemplo do que ocorreu com o PIBIC (Iniciação Científica) e o PIBID (Iniciação à Docência), o PIBEX apresentou o diferencial de ser ofertado com bolsas de extensão.

Assim, o PIBEX foi instituído de forma descentralizada, a partir de editais internos das universidades federais, funcionando como política de fomento para garantir que discentes regularmente matriculados nos mais variados cursos de graduação, pudessem dedicar-se a projetos extensionistas com apoio financeiro, orientados por um docente do quadro efetivo. Esse item foi um dos diferenciais para os outros projetos. Diferente das Ligas Acadêmicas e dos Programas de Extensão, o PIBEX vislumbrava a possibilidade de um apoio financeiro para o discente que fosse executar o projeto, fazendo com que houvesse um incentivo a mais.

Um dos registros mais antigos dessa categoria está na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), que formalizou o programa em 2009, regulamentado posteriormente pela Resolução nº 06/2016 do Conselho Acadêmico (UFRB, 2016). Desde então, diversas universidades como a UFAM, UFPA, UFES, UFPI, UFPB, UFAL, passaram a criar seus próprios editais de PIBEX, comumente vinculando-os às Pró-Reitorias de Extensão (UFAM, 2025; UFPA, 2025).

OBJETIVOS E AÇÕES DO PIBEX

Como objetivo, as ações do PIBEX vislumbram a promoção de um trabalho com mobilização social, envolvimento e participação criativa. Entre os objetivos, cita-se (UFAM, 2025; UFRB, 2016):

1. Viabilizar a participação dos estudantes em atividades acadêmicas de extensão que promovam a interação transformadora entre universidade e sociedade, contribuindo para sua formação profissional, para o exercício da cidadania e para o desenvolvimento social.
2. Incentivar processos educativos, culturais, científicos e tecnológicos como forma de aprendizagem da atividade extensionista, articulados de forma indissociável com o ensino e a pesquisa, assegurando impacto qualitativo na inclusão social.
3. Fomentar o interesse pela extensão universitária e identificar novos talentos, estimulando a participação de estudantes de graduação em projetos extensionistas e contribuindo para a formação de cidadãos socialmente comprometidos.
4. Estimular o envolvimento de docentes, discentes, técnicos administrativos e comunidades externas em ações de extensão, de modo a fortalecer a integração entre a universidade e outros setores da sociedade.
5. Institucionalizar propostas de extensão que deverão, obrigatoriamente, ser apresentadas sob a forma de projeto, como requisito para integrarem a modalidade PIBEX.
6. Promover a dimensão formativa da extensão em conformidade com o artigo 207 da Constituição Federal de 1988, consolidando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
7. Criar condições institucionais para a inserção da extensão universitária nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, garantindo sua efetiva integração à formação acadêmica.

Os projetos desenvolvidos abrangem as mais diversas áreas, em conformidade com Plano Nacional de Extensão Universitária, com projetos e programas nas linhas temáticas (FORPROEX, 2012). No Quadro 1 é apresentando alguns dos trabalhos descritos na literatura sobre o PIBEX.

Quadro 1 – Trabalhos sobre o PIBEX

Título	IES	Atividade/Resultados	Fonte
A importância de um programa para o fomento da extensão universitária e para a formação dos extensionistas	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)	Análise sobre as contribuições do PIBEX para a melhoria do processo de formação acadêmica e profissional dos extensionistas	Cunha, 2020
A importância do PIBEX na Extensão rural	Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf)	Extensão rural com atividades com agricultores familiares	Freitas, Freitas e Vieira, 2019
Sinalizar para Incluir: o ensino da Libras como ferramenta de inclusão no contexto escolar.	<i>Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)</i>	<i>Atua no processo de inclusão de crianças surdas em escolas de ensino regular</i>	Bitencourt e Ribeiro, 2025
Tributo às mulheres na ciência: inspirando jovens talentos em Floresta-PE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano	Promove a conscientização sobre o papel fundamental das mulheres na ciência	Silva e Santos, 2025
Ensino inclusivo de conteúdos de Física	Universidade Federal do Pará	Realiza sequência didática para professores de Física do Ensino Médio de forma inclusiva	Brigida <i>et al.</i> , 2025

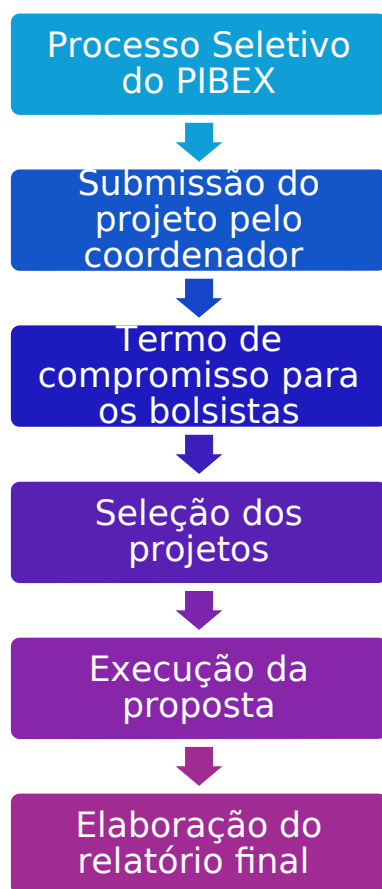
Fonte: Os autores, 2025.

COMO FUNCIONA UM PIBEX?

O Pibex oferece bolsas anuais para estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação, orientados por um professor universitário e com possibilidade de em um mesmo projeto conter até dois discentes voluntários.

As propostas submetidas ao PIBEX comumente são ser apresentadas sob a forma de projetos que priorizam ações de extensão, podendo ser vinculados, ou não, a Projetos de Pesquisas, Atividades de Ensino e Programas de Extensão Institucionalizados (UFAM, 2025). Um fluxograma sobre o processo pode ser visualizado na Figura 2.

Figura 2 – Fluxograma sobre as etapas do PIBEX.



Fonte: Os autores, 2025.

Essa é uma estrutura geral e pode variar dependendo da IES. Porém, no geral, os editais compreendem essas etapas. Para submissão do projeto, etapa realizada pelo coordenador, inclui-se informações relacionadas a identificação do projeto (título, área, Instituições parceiras, número estimado de pessoas beneficiadas), Descrição com Resumo, Introdução, Objetivos, Metodologias, Plano de trabalho dos discentes, cronograma, equipe de execução e referências bibliográficas.

Cita-se ainda que durante o PIBEX o acadêmico tem a possibilidade do convívio direto com um servidor orientador do projeto ou programa. Essa orientação contribui com experiências formativas e que podem estar carregadas de aprendizagens. Além disso, as atividades

ENTRAVES, DESAFIOS E CONSIDERAÇÕES SOBRE O PIBEX

Um dos entraves descritos na literatura que dificulta o fortalecimento do PIBEX refere-se a redução de bolsas devido a contingenciamento orçamentário para o pagamento das bolsas de extensão por parte do governo federal, decorrente da escassez e redução de recursos para o financiamento das Instituições de Ensino Superior no Brasil (Cunha, 2020; Freitas, Freitas e Vieira, 2019).

Segundo Cunha (2020), o corte no orçamento das IES Brasileiras e a ausência de políticas públicas tem sido um dos maiores problemas para manter os programas na área da extensão universitária, e essa precariedade atinge tanto as universidades no interior dos Estados, quanto ao nível nacional.

Na pesquisa realizada por Dantas e Guenther (2024) com 68 coordenadores dos projetos de extensão cadastrados no Programa Institucional para Concessão de Bolsas de Extensão (PIBEX) do IFPE, foi ressaltado essa mesma cena em relação a dificuldade dos cortes no orçamento, e também, citado a preocupação com o real impacto nas comunidades atendidas, ou seja, com o impacto social efetivo dos projetos.

Outro entrave descrito relaciona-se a falta de interpretação e esclarecimento relacionado a diferença entre o que é extensão, Ensino e pesquisa. Alguns professores acabam submetendo propostas aos editais de extensão universitária com um outro viés (puramente de ensino ou pesquisa) (Cunha, 2022).

Os Projetos de Extensão apresentam ação transformadora e emancipadora. Diferente do que prevê o assistencialismo, em que há uma dependência e que ao final da execução dos projetos a comunidade retorna à mesma condição do momento anterior. Diferentemente de ações pontuais, um projeto de extensão deve ter continuidade e planejamento, garantindo impacto e efetividade na comunidade em que está inserido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária (PIBEX) configura-se como um mecanismo de fortalecimento da extensão universitária no Brasil, assegurando um apoio financeiro para a inserção dos graduandos em práticas que dialogam com a comunidade e as demandas sociais. Ao articular ensino, pesquisa e extensão de forma

indissociável, o PIBEX promove não apenas a formação profissional, mas também possibilita a constituição de sujeitos críticos, engajados e socialmente comprometidos e responsáveis.

Os exemplos de projetos analisados demonstram a diversidade de áreas e temáticas contempladas pelo programa, evidenciando sua capacidade de impactar positivamente comunidades locais em dimensões como saúde, educação, cultura, direitos humanos, meio ambiente e tecnologia. Essas experiências reforçam a responsabilidade social da universidade e ampliam a valorização dos saberes populares em diálogo com o conhecimento científico.

Verifica-se que mesmo com todos os benefícios que esse programa proporciona, há entraves que dificultam a sua consolidação, especialmente no que se refere ao contingenciamento orçamentário, à redução do número de bolsas e à falta de políticas públicas contínuas para a extensão universitária. Soma-se a isso a necessidade de maior clareza conceitual entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de evitar distorções na elaboração e execução dos projetos.

Dessa forma, para o maior fortalecimento do PIBEX faz-se necessário que possa haver esforços institucionais e governamentais para garantir sua sustentabilidade. É imprescindível assegurar recursos financeiros adequados, fortalecer a formação extensionista e ampliar os mecanismos de avaliação de impacto social. Assim, o programa poderá continuar cumprindo sua função de aproximar universidade e sociedade em uma relação dialógica, transformadora, emancipadora e duradoura.

REFERÊNCIAS

BITENCOURT, J. C. R.; RIBEIRO, D. M. C. Sinalizar para incluir: o ensino da Libras como ferramenta de inclusão no contexto escolar. *EaD & Tecnologias Digitais na Educação*, v. 13, n. 18, p. 27–40, 2025. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/ead/article/view/20034>.

BRÍGIDA, A. C. S.; GONÇALVES, C. S. L.; BRASIL, M. F.; COSTA, D.; ALVES, L. C. S. D.; SILVA, L.; MORAES, R. L. Ensino de Física inclusivo com Arduino e sensor de cor. *Aracê*, v. 7, n. 4, p. 20244–20268, 2025. DOI: 10.56238/arev7n4-264. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/4680>.

CUNHA, F. C. A importância de um programa para o fomento da extensão universitária e para a formação dos extensionistas na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. *Extensão em Foco*, Curitiba, n. 20, p. 107-124, jan./jul. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/extensao/article/view/67487>.

DANTAS, M.; GUENTHER, M. Extensão universitária e desenvolvimento local: análise da percepção dos coordenadores de projetos de extensão do IFPE. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 20, n. 1, 2024. DOI: 10.54399/rbgdr.v20i1.6728. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/6728>.

FREITAS, R. C. S. B.; FREITAS, H.; VIEIRA, D. D. As relações entre a Univasf e a agricultura familiar por meio do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (Pibex). *Em Extensão*, Uberlândia, v. 18, n. 3, 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/49715>.

SILVA, L. G. D.; SANTOS, M. C. D. Tributo às mulheres na ciência: inspirando jovens talentos em Floresta-PE. *Revista Semiárido De Visu*, p. 185–199, 2025. DOI: 10.31416/rsdv.v13i1.1317. Disponível em: <https://semiariadodevisu.ifsertao-pe.edu.br/index.php/rsdv/article/view/1317>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM). *Lançamento do Edital PROEX nº 02/2025 – DPROEX/PROEXT – Seleção de Projetos PIBEX*. Manaus, 2025. Disponível em: <https://edoc.ufam.edu.br/bitstream/123456789/9150/3/EDITAL%20%20002%202025%20PIBEX.pdf>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA). *Lançamento do Edital PROEX nº 01/2025 – PIBEX*. Belém, 2025. Disponível em: <https://proex.ufpa.br/2025/483-lancamento-edital-proex-n-01-2025-pibex>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB). *Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária (PIBEX)*. Cruz das Almas, 2016. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/pibex>

CAPÍTULO 8

ALTERNATIVAS METODOLÓGICAS PARA POTENCIALIZAR AS AÇÕES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

INTRODUÇÃO: A Amazônia como um lugar de potência epistêmica!

Como vimos nos capítulos anteriores, a Extensão Universitária tem uma função significativa e “estratégica” na interlocução da universidade com o território. Sendo reconhecida dessa maneira, é fundamental pensarmos em alternativas metodológicas para que seja realizada a partir de uma ação intencional, dinâmica, inclusiva e alinhada às especificidades do público que será beneficiado.

Nessa perspectiva, este capítulo tem como objetivo apresentar alternativas metodológicas como possibilidades para planejar, avaliar e conduzir ações de extensão universitária, reforçando seu caráter educativo, participativo, interdisciplinar e transformador. Essas abordagens metodológicas não só dinamizam as práticas educativas, mas também reforçam o compromisso social e ético da extensão universitária.

Para compor o texto das alternativas metodológicas aplicadas aos processos de ações extensionistas, procuramos responder às seguintes questões: De que forma é possível fortalecer o diálogo entre a universidade e o território? Que estratégias permitem articular ensino, pesquisa e extensão de forma transformadora e a partir de um olhar para a Amazônia?³

A partir dessas perguntas centrais, apresentam-se a seguir alternativas metodológicas como caminhos que potencializam a extensão universitária e como espaço de construção coletiva de conhecimento. Não se esgotam entre si, visto que existem outras possibilidades. No entanto, reconhecemos que podem contribuir no processo de planejamento pedagógico dos docentes.

³ Ao destacarmos o processo horizontal das ações de extensão, compactuamos a necessidade de “decolonizar” o pensamento e a ação a partir de uma consciência de como acontece esse processo colonizador epistêmico. Explicando o processo de colonização do saber em três dimensões Candau e Russo (2010, p.165) esclarecem que: “A colonialidade do poder refere-se aos padrões de poder baseados em uma hierarquia (racial, sexual) e na formação e distribuição de identidades (brancos, mestiços, índios, negros). Quanto à colonialidade do saber, refere-se ao caráter eurocêntrico e ocidental como única possibilidade de se construir um conhecimento considerado científico e universal, negando-se outras lógicas de compreensão do mundo e produção de conhecimento, consideradas ingênuas ou pouco consistentes. A colonialidade do ser supõe a inferiorização e subalternização de determinados grupos sociais, particularmente os indígenas e negros”.

ALTERNATIVAS METODOLÓGICAS NA LITERATURA CIENTÍFICA: UMA ANÁLISE DAS REVISTAS BRASILEIRAS DE EXTENSÃO

Com o objetivo de identificar as principais alternativas metodológicas aplicadas às ações de extensão universitária, realizamos uma revisão de literatura a partir da *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, analisando-se as três edições mais recentes disponíveis até o momento da pesquisa⁴. A análise centrou-se nos artigos que abordavam experiências práticas de extensão, com ênfase na descrição dos instrumentos metodológicos utilizados nas ações. Essa revisão teve como finalidade a construção de um pequeno mapeamento das estratégias metodológicas mobilizadas na prática extensionista, a fim de contribuir com o debate sobre os caminhos possíveis para uma atuação mais crítica, situada e transformadora. Ao todo, foram identificados dez artigos que atendiam aos critérios estabelecidos, conforme sistematizado no quadro a seguir.

Quadro 1: Revisão de Literatura

Título do Artigo	Referência	Metodologia Aplicada	Resultados Obtidos
Ações de conscientização sobre uso de repelentes e formas de combate ao mosquito <i>Aedes aegypti</i>	Garófalo <i>et al</i> (2025)	Palestras e rodas de conversa	Interação dialógica a universidade e a comunidade
Experiência de ações de educação sobre o manejo adequado em casos de traumatismo orofacial para professores de escolas públicas	Sampaio <i>et al</i> (2025)	Distribuição de folhetos e cartazes educativos	Interação dialógica a universidade e a comunidade
Divulgação científica: Relato de uma experiência de extensão na pandemia	Collet <i>et al</i> (2025)	Uso de redes sociais para divulgação Científica	Interação dialógica a universidade e a comunidade
Promovendo o ensino em saúde para doação de sangue	Goebel <i>et al</i> (2024)	Banner Jogos Lúdicos Cartilhas Vídeos Roda de Conversa	Comunicação e troca de saberes com o público, com estímulo à doação de sangue
Nem tudo que reluz é ouro -Ação extensionista sobre o uso problemático da internet entre adolescentes	Veras <i>et al</i> (2024)	Música Dinâmica Roda de conversa Jogo de Tabuleiro	Desenvolvimento de Competências Socioemocionais e o estímulo ao trabalho

⁴ Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU>. Consulta realizada em Junho/2025.

		Dramatização	interprofissional
Educação em saúde no Instagram: Experiência de um projeto de extensão universitária	Silva <i>et al</i> (2024)	Redes Sociais	Interação com a comunidade
Ações de educação em saúde do trabalhador para prevenção de doenças ocupacionais: Uma atividade extensionista	Pôrto <i>et al</i> (2024)	Distribuição de folders Redes Sociais	Divulgação Científica acerca das doenças ocupacionais decorrentes do trabalho
Projeto passarinhando: Ampliando horizontes através da fotografia	Fonseca <i>et al</i> (2024)	Realização de Minicurso	Divulgação Científica
Meliponicultura e extensão universitária: Abordagem sobre a criação de abelhas sem ferrão	Ronqui e Nunes (2024)	Atividade prática Minicurso	Promoção de atividade sustentável e economicamente viável, além de contribuir para a proteção das abelhas, essenciais ao equilíbrio ecológico.
Extensão Universitária: Inovação na realização de atividades não presenciais de promoção da saúde com idosos na pandemia da COVID-19	Sampaio (2024)	Ligações e chamadas de vídeo.	Compromisso social a partir da escuta e acolhimento.

Fonte: Elaboração dos autores, 2025.

Conforme percebemos no quadro acima, há uma diversidade de metodologias voltadas às práticas extensionistas no contexto brasileiro, as quais objetivam em linhas gerais a interação dialógica e uma interlocução próxima e engajada com a comunidade.

ALTERNATIVAS METODOLÓGICAS APLICADAS À EXTENSÃO NO CONTEXTO AMAZÔNICO

Reconhecer a Amazônia como um lugar de potência epistêmica talvez seja uma das principais “missões” que vislumbramos à Universidade, especialmente para a UFAM. É uma oportunidade de resistência e de combate às assimetrias históricas e ao racismo epistêmico⁵. Nessa perspectiva, cada alternativa metodológica se move nessa lente crítica e

⁵ Para Oliveira (2020, p.26), “o racismo epistêmico não admite nenhuma outra epistemologia como espaço de produção de pensamento crítico nem científico. Isto é, a operação teórica que, por meio da tradição de pensamento e pensadores ocidentais, privilegiou a afirmação de estes serem os únicos legítimos para a produção de conhecimentos e como os únicos com capacidade de acesso à universalidade e à verdade”

necessária para pensarmos ações transformadoras sem lógicas hierárquicas e hegemônicas. A seguir apresentaremos 4(quatro) alternativas: Roda de Conversa, Visita domiciliar, Cineclube e Prática de Campo (Imersão) como “exemplos” para pensarmos um planejamento pedagógico que apresenta orientações metodológicas e perspectivas que reiteradamente defendemos – a extensão como processo formativo crítico.

Roda de Conversa

Conceito: A Roda de Conversa consiste em um método de participação dialógica e coletiva, em torno de um determinado tema, pelo qual sujeitos se expressam e escutam seus pares e a si por meio da ação reflexiva. Um dos objetivos previstos é o de socializar saberes e implementar a troca de experiências por meio da conversa entre os participantes, na perspectiva de construir e reconstruir novos saberes sobre a temática proposta (Oliveira, 2024, p.5).

Orientações Metodológicas

1º Momento (Planejamento): Na etapa inicial, é primordial estabelecer os enfoques da roda de conversa. Devem ser claros, organizados e sequencialmente lógicos. Recomenda-se a elaboração de um roteiro das perguntas que nortearão a roda de conversa, assim como a definição dos alunos responsáveis pela preparação de materiais de apoio (se houver), textos curtos, músicas ou objetos simbólicos que possam favorecer o diálogo. De igual modo, é essencial escolher um local adequado para a roda, em formato circular, de modo a propiciar a horizontalidade das relações e a escuta ativa entre os participantes.

2º Momento (Execução): O acolhimento é a peça-chave nessa etapa. Deve-se ter todo o cuidado para deixar os participantes da roda de conversa “à vontade”, criando um ambiente de dialogicidade, respeito, confiança e pluralidade. Deve-se ter o cuidado para não interromper as narrativas, deixando os espaços abertos e democráticos. Esse cuidado é importante para garantir que ideias, concepções, proposições e compartilhamento de experiências sejam realizados de forma leve, afetiva e participante. Se for possível, registrar as discussões (após o consentimento dos participantes), para fins de sistematização.

3º Momento (Avaliação): O processo experienciado necessita de uma avaliação coletiva. Essa avaliação pode ser realizada durante o próprio processo com os participantes, onde eles destacarão os aprendizados daquele processo extensionista-formativo, e sugerindo outros momentos de reflexão, se for o caso. Outra forma de avaliação é sobre/após a roda de conversa, especificamente com os membros do projeto de extensão, a partir de uma reflexão sobre todo o processo da ação, desde o planejamento até à execução, identificado os ganhos, impactos, desafios, fragilidades, e outras questões que podem surgir durante esse momento avaliativo. A avaliação deve ser assumida com uma postura ética, formativa e participativa.

Exemplos de Temas: Humanização nos serviços de saúde, Práticas Integrativas e Complementares; Juventude e sustentabilidade, Biotecnologia e os saberes tradicionais, Racismo ambiental e as desigualdades na Amazônia, Segurança Alimentar no contexto amazônico, etc.

Prática que deu certo: Luna et al (2020), na execução do Projeto de Extensão “Rodas de Conversa sobre a Saúde dos Povos Indígenas” evidenciou interesse dos participantes para especificidades étnico-culturais e dar visibilidade à presença dos indígenas na universidade. Além disso, os autores consideraram que uma ação extensionista com roda de conversas foi um primeiro passo para a construção de disciplinas interdisciplinares optativas e a inserção da temática nos currículos de graduação na área da saúde.

Palavras de conexão para a extensão: Diálogo, valorização de saberes, protagonismo, reflexão, sentidos, planejamento, espaço-formação, memórias.

Perspectiva Histórico-Cultural Crítica: O saber não é neutro, mas construído nas práticas culturais e nas contradições vividas cotidianamente. A Roda de conversa pode potencializar a consciência dessas contradições e de outras formas de subjetivação.

Visita domiciliar

Conceito: “A visita domiciliar é uma ferramenta estratégica no cuidado em saúde, permitindo o acompanhamento contínuo e humanizado das famílias no seu espaço de vida, além de favorecer o vínculo entre os profissionais de saúde e a comunidade” (Brasil, 2010, p. 17).

Orientações Metodológicas

1º Momento (Planejamento): O professor da ação junto com os alunos necessita identificar o público-alvo e os objetivos da visita de acordo com o projeto/Liga Acadêmica ou componente curricular (de acordo com os objetivos do Projeto Pedagógico do Curso). A ação extensionista a partir da visita domiciliar pode ter uma intencionalidade educativa, preventiva, investigativa ou assistencial. Os alunos da ação de extensão devem mapear todas as informações referente ao território e a realidade das famílias ou indivíduos a serem visitados. Também é um contato inicial para agendamento da ação, garantindo que todos se sintam acolhidos e respeitados. Cabe sempre destacar que qualquer ação extensionista deve valorizar e respeitar o público-alvo a partir de suas diferentes formas e modos de viver.

2º Momento (Execução): É a realização da visita domiciliar. Em todo o processo, os alunos e o docente responsável devem se apresentar adequadamente, explicando os objetivos da ação e deixando claro as abordagens que serão realizadas.

3º Momento (Avaliação): Essa etapa deve ser reconhecida à luz de uma análise coletiva da experiência vivenciada. O docente responsável e os alunos se reúnem para avaliar os dados, narrativas, desafios, aprendizados e outras informações encontradas durante a atividade. Esse momento é de suma importância para pensar as relações que existem nos contextos que envolvem temáticas como a Saúde Pública e a interface com os determinantes sociais em Saúde.

Exemplos de Temas: Saúde Coletiva, Doenças Crônicas, Saúde Ambiental, Saúde Mental, Sustentabilidade, Educação Ambiental.

Prática que deu certo: Estudantes de uma Liga acadêmica de geriatria e gerontologia do Amazonas (LAGGEAM) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) realizaram uma ação de extensão a partir de uma visita domiciliar. A aplicação dos instrumentos de avaliação do idoso na LAGGEAM em visita domiciliar, possibilitou aos acadêmicos conhecimentos e habilidades na identificação dos idosos em situação de vulnerabilidade, e proporcionou o maior conhecimento sobre os tipos de instrumento que podem ser utilizados para que seja realizada a anamnese do idoso de forma mais efetiva propiciando assim a oportunidade de uma assistência qualitativa no atendimento das necessidades à população idosa (Pereira et al, 2017).

Palavras de conexão para a extensão: Responsabilidade Social, Integralidade no Cuidado, Justiça Ambiental, acolhimento, escuta ativa. Alimentação e Nutrição no Território. Vigilância em Saúde. Qualidade da água.

Perspectiva Histórico-Cultural Crítica: A visita domiciliar permite compreender o sujeito como um ser constituído nas relações sociais, históricas e culturais em que vive, sendo ativo na construção de sua realidade, tornando-se um espaço formativo, no qual se rompem as barreiras entre teoria e prática, universidade e comunidade, saber acadêmico e saber popular.

Cineclube

Conceito: De acordo com Napolitano (2003, p. 11), “trabalhar com o cinema em sala de aula é ajudar a escola a reencontrar a cultura ao mesmo tempo cotidiana e elevada, pois o cinema é o campo no qual a estética, o lazer, a ideologia e os valores sociais mais amplos são sintetizados numa mesma obra de arte”.

Orientações Metodológicas

1º Momento (Planejamento): A Fase de organização de uma atividade audiovisual exige comprometimento e intencionalidade. Não é “projetar” apenas. Não é um momento de “lazer”. É projetar, dialogar, refletir, discordar e (re)pensar. É um movimento dialético também. É um processo intencional e formativo/educativo. Por isso, é essencial garantir que o audiovisual projetado dialogue com os contextos social e cultural dos participantes da ação. Nesse sentido, é importante definir com muito cuidado a obra, o espaço, os participantes, e a definição do tempo de cada passo: momento de acolhimento, momento da projeção e o momento de reflexão pós-projeção.

2º Momento (Execução): Essa fase é a da exibição do filme ou do documentário e deve ser efetivada, como falamos anteriormente, por uma ambientação que acolha os participantes. Após a projeção, abre-se para a discussão com tessituras críticas a respeito do tema abordado, quando os convidados compartilharão suas análises, concepções, experiências e relações com o tema apresentado. É importante a definição do papel do “mediador”, preferencialmente um aluno extensionista (ideia de protagonismo discente) para conduzir o diálogo com escuta ativa, promovendo o pensamento crítico, o respeito às diferenças e a problematização de aspectos culturais, sociais, éticos e políticos.

<p>3º Momento (Avaliação): É um momento oportuno e que avalia todo o processo. Recomenda-se que seja realizado logo depois da reflexão do filme, em formato de roda de conversa. Além disso, é possível articular desdobramentos da ação, como a produção de vídeos, exposições, podcasts ou novos ciclos temáticos de cinema e debate.</p>
<p>Exemplos de Temas: Educação e desigualdades sociais, Mudanças Climáticas, Violência, Saúde Mental, Juventudes e os projetos de vida, Educação Especial, Relações de Gênero, Direitos Humanos.</p>
<p>Prática que deu certo: Machado e Castro (2016) desenvolveram um projeto de extensão denominado de Cine Debate “Mulheres e Educação”, realizado pela Universidade do Estado do Amazonas, Campus Tefé (CEST/UEA). O processo educativo a partir de um filme provocou reflexões em torno das questões das mulheres, como a participação política nos espaços públicos; a educação das mulheres ao longo da história refletidas a partir de histórias, algumas reais outras não, retratadas nos filmes, além de estimular uma reflexão crítica pelos próprios participantes, pois conseguiram reconhecer as reproduções cotidianas do machismo e da ação patriarcal da sociedade.</p>
<p>Palavras de conexão para a extensão: Relações de poder. Reprodução social. Diversidade Cultural. Educação para as minorias. Educação Transformadora. Sustentabilidade. Bem viver.</p>
<p>Perspectiva Histórico-Cultural Crítica: É possível pensar que a projeção de filmes ou documentários, enquanto produção simbólica inserida na história e nas relações de poder, permite a análise crítica da realidade e a reinterpretação do mundo vivido.</p>

Prática de Campo (Imersão)
<p>Conceito: Integra teoria e prática por meio da vivência direta dos estudantes em contextos reais, permitindo a construção de conhecimentos situados e o desenvolvimento de uma compreensão crítica das realidades sociais, culturais e ambientais.</p>
Orientações Metodológicas
<p>1º Momento (Planejamento): O planejamento da prática de campo com imersão exige um mapeamento prévio do território e articulação com lideranças locais, instituições ou movimentos sociais que acolherão a ação. Nesse momento, é necessário definir os objetivos da prática de campo, os temas que serão trabalhados, os perfis dos participantes e os métodos de atuação (observação, entrevistas, rodas de conversa, oficinas,</p>

atendimentos, etc.). Deve-se preparar os estudantes para o respeito à diversidade sociocultural e às condições do território, promovendo discussões prévias sobre ética, escuta, limites de atuação e responsabilidade social. O planejamento coletivo e o diálogo entre os saberes acadêmicos e populares são essenciais.

2º Momento (Execução): Essa etapa envolve a vivência direta das realidades locais, por meio da convivência com a comunidade, participação em atividades cotidianas, ações educativas, oficinas, visitas técnicas ou observações participantes.

3º Momento (Avaliação): A avaliação da imersão deve ocorrer de forma coletiva e reflexiva. Podem ser realizados novos diagnósticos a partir das práticas realizadas.

Exemplos de Temas: Saúde das populações amazônicas, direitos humanos, violência de gênero, Saneamento Básico, Sustentabilidade, Promoção da Saúde, Saúde Mental, Narrativas de modos de vida,

Prática que deu certo: Martins et al (2016) ao realizarem uma imersão extensionista por meio do Programa “Saúde e Cidadania”, em comunidades do Amazonas, relataram que as vivências neste programa de extensão colaboraram para integrar criticidade, para a humanização e para o trabalho em equipe, possibilitando que se formem médicos mais sensíveis às propostas do Sistema Único de Saúde.

Palavras de conexão para a extensão: sensibilidade, integração, humanização, contexto social, realidade do território, planejamento coletivo, engajamento comunitário.

Perspectiva Histórico-Cultural Crítica: Objetiva-se a ampliação da consciência crítica-reflexiva-coletiva a partir de valores ético-políticos voltados à transformação da realidade.

Essas são apenas algumas das alternativas metodológicas. Há outros caminhos didáticos que podem emergir nesse processo, procurando um diálogo profícuo com a comunidade. Podemos citar além das quais detalhamos anteriormente, a Prestação de Serviços, principalmente no campo da saúde, a realização de mutirões de saúde, palestras de Educação em Saúde, ações voltadas ao empreendedorismo, peças teatrais, desenvolvimento de produtos educativos, oficinas, organização de eventos científicos aberto à comunidade em geral, cirandas científicas, fóruns de cidadania, feira de Ciência, cursos e/ou minicursos, consultorias e assessorias técnicas, mapeamento participativo, círculos de cultura (principalmente em ações voltadas à Educação de Jovens e Adultos – EJA), espaços

móveis para experimentação científica, campanhas socioeducativas, intervenções socioambientais, visitas técnicas, dentre outras. No entanto, é importante sublinhar que todo procedimento metodológico tem que ser intencional, e nesse sentido, precisa estar alinhado a três momentos pedagógicos que consideramos serem substanciais: o planejamento, a execução e a avaliação. Esses processos devem reconhecer que o ato além de ser organizado e sistemático, deve estar pautado na perspectiva inclusiva, transformadora e coletiva. Não caminhamos à toa. Quanto mais coletivo o processo for, mais relevante ele será para o território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Não caminhamos à toa. A extensão acende as possibilidades!

"As lutas sociais também são cenários pedagógicos onde os participantes exercem suas pedagogias de aprender, desaprender, reaprender, refletir e agir".

Catherine Walsh (2017, p.29)

O processo extensionista a partir de metodologias plurais, decoloniais e transformadoras ocasiona um impulsionamento técnico dos estudantes, mas também afetivo, político e social. A extensão leva à consciência de uma “corresponsabilidade” entre os futuros profissionais e os territórios da Amazônia, além de proporcionar aos acadêmicos o contato direto com as realidades e os problemas comunitários. As Ciências/áreas são indissociáveis do contexto, dos territórios, dos vários espaços da Amazônia, do lugar de pertencimento. Para muitos, uma ação extensionista a partir de uma perspectiva crítica é “insuficiente”; é “irrelevante” ou “pouco demais” para transformar a realidade. Pensamos o contrário. Acreditamos e assumimos nesse texto que não há ação “pequena” quando guiada pela escuta e pela intenção de transformação. Acreditamos que cada passo é necessário e nenhum deles é “perdido”. Acreditamos que cada gesto, cada troca, cada encontro, acende possibilidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Cadernos de Atenção Básica n.º 33 – Visita Domiciliar*. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_33.pdf. Acesso em: 2 jun. 2025.

CANAU, V. M.; RUSSO, K. Interculturalidade e educação na América Latina: uma construção plural, original e complexa. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 10, n. 29, p. 151-169, jan./abr. 2010.

COLLET, T. et al. Divulgação científica: relato de uma experiência de extensão na pandemia. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, v. 16, n. 1, p. 79-89, 2025.

FONSECA, A. R. et al. Projeto passarinhando: ampliando horizontes através da fotografia. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, v. 15, n. 2, p. 179-190, 2024.

GARÓFALO, D. A. et al. Ações de conscientização sobre uso de repelentes e formas de combate ao mosquito *Aedes aegypti*. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, v. 16, n. 1, p. 15-26, 2025.

GOEBEL, C. S. et al. Promovendo o ensino em saúde para doação de sangue. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, v. 15, n. 3, p. 267-278, 2024.

LUNA, W. F. et al. Identidade, cuidado e direitos: a experiência das rodas de conversa sobre a saúde dos povos indígenas. *Revista Brasileira de Educação Médica*, São Paulo, v. 44, n. 2, p. e067, 2020.

MACHADO, R. C. F.; CASTRO, A. M. Mulheres e educação: conhecendo a temática através da extensão universitária. *Revista de Educação Popular*, Uberlândia, v. 15, n. 1, p. 160-168, jan./jun. 2016.

MARTINS, R. G. et al. Programa Saúde e Cidadania: a contribuição da extensão universitária na Amazônia para a formação médica. *Revista de Medicina (São Paulo)*, v. 95, n. 1, p. 6-11, jan./mar. 2016.

MORAES SILVA, M. et al. Educação em saúde no Instagram: experiência de um projeto de extensão universitária. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, v. 15, n. 3, p. 357-369, 2024.

NAPOLITANO, M. *Como usar o cinema na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2005.

OLIVEIRA, L. F. O que é pedagogia decolonial? In: LIMA, A. R. S.; DIAS, A. S.; AZEVEDO, A. D. M. (Orgs.). *Pedagogias decoloniais na Amazônia: fundamentos, pesquisas e práticas*. Curitiba: CVR, 2020.

OLIVEIRA, P. B. R.; GAMA, R. P. R. Roda de conversa: um instrumento metodológico tecnológico-formativo-coletivo na pesquisa em educação. *Revista Educação e Políticas em Debate*, v. 13, n. 2, p. 1-14, 2024. DOI: 10.14393/REPOD-v13n2a2024-71286. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducapoliticas/article/view/71286>. Acesso em: 30 maio 2025.

PEREIRA, D. J. et al. Aplicação de instrumentos em idosos durante a experiência na extensão acadêmica. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA REDE UNIDA, 13., 2018, Manaus. *Anais [...]*. *Revista Saúde em Redes*, v. 4, supl. 1, 2018. Disponível em:

<http://conferencia2018.redeunida.org.br/ocs2/index.php/13CRU/13CRU/paper/view/2103>. Acesso em: 2 jun. 2025.

PÔRTO, A. H. R.; ALEXANDRE, A. R.; SANTOS, S. V. M. Ações de educação em saúde do trabalhador para prevenção de doenças ocupacionais: uma atividade extensionista. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, v. 15, n. 2, p. 157-167, 2024.

RONQUI, L.; NUNES, R. O. Meliponicultura e extensão universitária: abordagem sobre a criação de abelhas sem ferrão. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, v. 15, n. 2, p. 203-210, 2024.

SAMPAIO, G. A. M. et al. Experiência de ações de educação sobre o manejo adequado em casos de traumatismo orofacial para professores de escolas públicas. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, v. 16, n. 1, p. 53-61, 2025.

SAMPAIO, J. F. et al. Extensão universitária: inovação na realização de atividades não presenciais de promoção da saúde com idosos na pandemia da COVID-19. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, v. 15, n. 2, p. 229-241, 2024.

VALDEVINO, B. T. et al. Café da tarde: roda de conversa com idosos. *Caderno Impacto em Extensão*, Campina Grande, v. 3, n. 1, 2023.

VERAS, M. B. L. et al. Nem tudo que reluz é ouro: ação extensionista sobre o uso problemático da internet entre adolescentes. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, v. 15, n. 3, p. 333-345, 2024.

WALSH, C. *Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)viver*. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2017.

CAPÍTULO 9

ELABORAÇÃO, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE UM PROJETO DE EXTENSÃO

INTRODUÇÃO

Ao longo dos capítulos pôde-se ter um panorama sobre a extensão universitária como um dos pilares da educação. Por meio dela, pode-se ter um maior contato com a vida real e com os impactos que a educação superior brasileira pode ter, articulando de forma indissociável o ensino e a pesquisa no meio em que está inserido. Distante da visão assistencialista, a extensão é “um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade” (FORPROEX, 2012).

Nesse contexto, esse capítulo busca apresentar uma orientação relacionada a elaboração, o planejamento e a avaliação de projetos de extensão, buscando assegurar a coerência entre os objetivos institucionais, as demandas sociais e os resultados esperados para um projeto extensionista.

Verifica-se que um projeto de extensão não deve ser visto apenas como uma atividade pontual, mas como uma ação estruturada, com base teórica, metodológica e avaliativa, capaz de promover impactos sociais e acadêmicos. Para tanto, torna-se necessário compreender e organizar suas etapas constitutivas.

ELABORAÇÃO: O QUE PRECISA TER EM UM PROJETO DE EXTENSÃO?

O projeto de extensão, tal qual acontece em um projeto de pesquisa científico, dever conter as etapas básicas de uma metodologia científica, envolvendo a definição do problema, os objetivos e a justificativa da ação/projeto. Esta é uma fase muito importante, pois estabelece os fundamentos que nortearão todo o desenvolvimento.

a) Seleção da área Temática

Para começar (etapa 1), um dos itens que deve ser levado em consideração trata-se da área em que ele será desenvolvido. Como item norteador, cita-se as linhas temáticas descritas no Plano Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012):

Figura 1 - Áreas Temáticas da Extensão Universitária (FORPROEX).



Fonte: Os autores, 2025.

b) Diagnóstico

Na sequência (etapa 2), deve-se realizar um diagnóstico relacionado ao levantamento de demandas e potencialidades da comunidade-alvo. Esse diagnóstico pode ser feito por meio de: entrevistas com representantes locais; questionários aplicados à comunidade; análises documentais e estatísticas; rodas de conversa ou reuniões participativas.

De acordo com a Política Nacional de Extensão Universitária, todo projeto deve partir de um diagnóstico da realidade social, identificando problemas, potencialidades e sujeitos envolvidos. Esse levantamento inicial fundamenta a construção dos objetivos, expressando com clareza o que se pretende alcançar (Extensão Universitária, 2007).

Esse diálogo corrobora com Freire (1987) que defende a educação como prática libertadora, baseada na escuta e no reconhecimento dos saberes populares. Assim, as ações devem fazer sentido para a comunidade que as recebe e a ideia de que a universidade é detentora do conhecimento e que o conhecimento é apenas repassado para um público que só recebe informações, tal qual o modelo de educação bancária, é algo que deve ser ressignificado. A extensão deve cumprir sua responsabilidade social, mas com respeito a comunidade e tendo sempre a noção de que é uma troca e compartilhamento de saberes e experiências.

c) Diretrizes e normativas

A terceira etapa refere-se a busca por fundamentação teórica e normativa. Na extensão há documentos norteadores como o Plano Nacional de Educação (PNE), Diretrizes do FORPROEX e Políticas institucionais de extensão da universidade que variam de acordo com cada IES e dependem dos Programas em que o projeto será submetido. Comumente, tais projetos estão vinculados as Pró-reitorias de Extensão (PROEXT) que são responsáveis por gerenciar as políticas de extensão nas instituições e podem ser acessados nas páginas online das universidades e/ou editais.

Na Universidade Federal do Amazonas a Pró-Reitoria de Extensão e Interiorização (PROEXT/UFAM), está estruturada baseando-se na articulação de doze Diretrizes Conceituais, Institucionais e Políticas:

1. Institucionalização das ações de extensão – Organização interna (PROEXT como gestora e reguladora) e externa (MEC como interlocutor e financiador), garantindo recursos, bolsas e programas permanentes.
2. Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão – Integração entre saber acadêmico, prática social e produção de conhecimento, fortalecendo a formação acadêmica e a transformação social.
3. Caráter interdisciplinar – Estímulo ao diálogo entre áreas do conhecimento e instituições, superando a fragmentação e promovendo ações coletivas e interprofissionais.
4. Compromisso social – Orientação das ações extensionistas para problemas urgentes da população, fortalecendo autonomia comunitária e evitando práticas assistencialistas.
5. Reconhecimento dos saberes tradicionais – Valorização do diálogo entre conhecimento acadêmico e saberes locais, fortalecendo a produção de conhecimento e a inclusão das comunidades.
6. Debate sobre a realidade amazônica – Reflexão crítica e ações voltadas às demandas socioambientais da região, fortalecendo populações locais como sujeitos de direitos.
7. Financiamento governamental prioritário – A extensão deve ser financiada principalmente pelo poder público, com apoio complementar de instituições parceiras (locais, nacionais e internacionais).
8. Avaliação sistemática das ações – Monitoramento participativo e contínuo dos resultados e impactos, como ferramenta pedagógica e de aprimoramento institucional.
9. Programa Institucional de Bolsas – Oferta regular de bolsas para estudantes e apoio a projetos vinculados ao PACE e a outras iniciativas extensionistas.
10. Difusão e publicação das ações – Socialização dos resultados em diferentes meios (anais, revistas, jornais, TV, etc.), ampliando a visibilidade e o alcance das experiências.
11. Flexibilização curricular – Inclusão efetiva da extensão nos currículos por meio de estratégias institucionais, sensibilizando a comunidade acadêmica e fortalecendo os projetos pedagógicos.
12. Apoio sistemático às ações – Suporte técnico e financeiro da PROEXT para criação, ampliação e consolidação de ações extensionistas, com atenção especial às unidades multicampi no interior.

d) Definição das modalidades

Nas modalidades desenvolvidas na UFAM há programas regulares (com edital) e modalidades de fluxo contínuo, equilibrando ações com financiamento institucional e

iniciativas autossustentáveis ou de custo restrito. No quadro 1 é possível visualizar as sete modalidades (UFAM, 2006).

Quadro 1 – Exemplos de modalidades de extensão.

Programa/ Modalidade	Finalidade	Benefícios	Submissão
Programa Atividade Curricular de Extensão (PACE)	Apoiar docentes na coordenação de ações curriculares de extensão vinculadas ao semestre letivo.	Bolsa de R\$ 1.500,00 para docente; certificação de 60h; 4 créditos para discentes	Semestral, via edital (PROEXT/PROEG)
Programa de Apoio à Realização de Cursos e Eventos (PAREC)	Institucionalizar cursos e eventos de extensão gratuitos para a comunidade.	Cursos/eventos gratuitos institucionalizados; certificação	Online via eCampus, conforme edital
Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX)	Conceder bolsas a discentes de graduação em projetos de extensão na capital e no interior.	Bolsas para discentes; estímulo ao envolvimento em ações comunitárias	Semestral ou anual, conforme edital
Ligas Acadêmicas (LACAD)	Apoiar associações científicas de iniciativa estudantil.	Maior contato entre acadêmicos e comunidades; fortalecimento científico	Fluxo contínuo, conforme regulamento
Autossustentação Financeira (AS)	Projetos independentes de edital, com financiamento próprio.	Captação própria de recursos (inscrições, serviços, financiamentos); sem apoio da UFAM	Fluxo contínuo via SEI; sem edital
Custo Restrito (CR)	Projetos que não se enquadram em outros programas (PACE, PIBEX, PAREC, AS, etc.) e que podem prestar serviços, cursos, palestras, treinamentos, práticas científicas.	Certificação; socialização de práticas e cursos sem custos financeiros	Fluxo contínuo via SEI; sem edital
Extensão Institucionalizada	Conjunto de ações multidisciplinares, fundamentadas em diagnóstico social.	Ações multidisciplinares integradas ao ensino e pesquisa; resolução de problemas sociais	Fluxo contínuo; regulado institucionalmente

Os autores, 2025.

PLANEJAMENTO

O planejamento é a fase em que o projeto deixa de ser apenas uma proposta e passa a ser um plano de ação estruturado, contendo etapas, prazos, responsabilidades e indicadores

de acompanhamento

A) Definição dos objetivos

Após a definição da modalidade no qual a ação/programa será desenvolvida, deve-se iniciar a elaboração do projeto. Uma das etapas primordiais é a construção dos objetivos que precisam ser claros, mensuráveis e alinhados com a proposta institucional da modalidade.

A elaboração dos objetivos deve ser entendida como um processo reflexivo, no qual ocorrerá a articulação das etapas descritas na elaboração do projeto, contemplando as demandas sociais, os saberes acadêmicos e as diretrizes da política de extensão, estabelecendo um elo entre teoria e prática.

Para tanto, recomenda-se a utilização de verbos de ação que expressem transformação e intencionalidade, como promover, fomentar, desenvolver, estimular, articular e contribuir. Esses verbos reforçam o caráter interventivo e educativo da extensão, evitando formulações ambíguas ou meramente descritivas. Além disso, deve-se ter o cuidado de caracterizar os objetivos em práticas que sejam extensionistas, alinhando-se ao compromisso social da universidade e à perspectiva de impacto junto à comunidade.

Essa etapa estrutura-se comumente em objetivo geral, que sintetiza a finalidade do projeto de forma mais abrangente, e objetivos específicos que se desdobram em metas que possibilitam acompanhar a execução das etapas.

Assim, ao propor, por exemplo, um projeto voltado ao ensino de química em comunidades ribeirinhas, o objetivo geral poderia estar formulado como “Promover práticas experimentais utilizando açaí Amazônico”. A partir dele, desdobram-se objetivos específicos como “Realizar oficinas educativas sobre uso de açaí como indicador de ácidos e bases”, “Elaborar materiais didáticos contextualizados à realidade amazônica” e “Incentivar a troca de conhecimentos sobre o uso de açaí entre moradores e acadêmicos da universidade”.

Dessa forma, a elaboração dos objetivos assume papel importante na extensão, orientando a próxima etapa, que é a metodologia e contribuindo para aproximar saber acadêmico e demandas comunitárias em um movimento de mão dupla, dialógico e emancipador.

B) Definição do público-alvo

Faz-se necessário também a definição do público-alvo, buscando orientar a linguagem, as metodologias e os recursos a serem empregados. Pode incluir estudantes da educação básica, professores, profissionais de diferentes áreas, comunidades tradicionais ou sociedade em geral.

C) Metodologia

A metodologia deve responder à questão: *como alcançar os objetivos propostos?*

Para tanto, ela pode ser descritiva, narrativa, exploratória. Os delineamentos nos campos de pesquisa devem registrar, analisar e correlacionar os fatos e/ou fenômenos sem manipulá-los (Cervo e Bervian, 2002; Marconi e Lakatos, 2017).

Nesse sentido, faz-se necessário definir:

- a) Atividades a serem realizadas, como a realização de oficinas, cursos, campanhas, práticas laboratoriais, rodas de conversa, mutirões comunitários etc.;
- b) Estratégias pedagógicas, como o uso de metodologia ativa, ensino por projetos, metodologias participativas, tecnologias educacionais, uso de realidade virtual;
- c) equipe que desenvolverá a ação, como bolsistas, professores, técnicos, voluntários, instituições parceiras;
- d) Recursos materiais como a infraestrutura, laboratórios, necessidade de materiais de consumo e equipamentos;
- e) Recursos financeiros e a origem, como o uso de orçamento institucional, editais de fomento, parcerias externas;
- f) Cronograma com prazos definidos e sendo exequível dentro do tempo em que o projeto será proposto;

Quando o percurso metodológico de um projeto de extensão é bem executado, tanto a academia quanto a sociedade aprendem, pois a interação possibilita o desenvolvimento de ambas, estabelecendo um ganho comum.

ATENÇÃO!!!

Verifica-se que a Extensão não deve ser confundida com ativismo, proselitismo, assistencialismo nem com voluntariado social, por mais nobres que sejam as intenções desses (UFLA, 2025). Além disso, ainda que seja comum que projetos de pesquisa e extensão apresentem um compromisso da universidade com a sociedade e abordem a

mesma temática, um projeto de extensão precisa contemplar práticas que promovam mudanças e/ou melhorias identificadas como necessárias.

Há uma linha tênue que distingue as contribuições e diferenças entre elas. Essa diferença não significa hierarquia, mas complementaridade, em que os produtos da pesquisa podem subsidiar ações extensionistas, e os problemas identificados na extensão podem originar novas pesquisas. No quadro 2 é possível visualizar as semelhanças e diferenças entre essas áreas:

Quadro 2 – Comparação entre um projeto de pesquisa científica e projeto de extensão.

ASPECTOS/ITENS	EXTENSÃO	PESQUISA CIENTÍFICA
FINALIDADE	Aproximar universidade e sociedade.	Produzir novos conhecimentos científicos ou tecnológicos.
PÚBLICO-ALVO	Comunidade externa (escolas, comunidades, movimentos sociais) e acadêmicos.	Comunidade científica, acadêmicos e especialistas.
NATUREZA DAS AÇÕES	Prática aplicada, participativa e dialógica (oficinas, cursos, campanhas, serviços).	Investigação sistemática (coleta e análise de dados, experimentos, revisão teórica).
METODOLOGIA	Métodos participativos e contextualizados, foco em resolver problemas concretos.	Métodos científicos (qualitativos, quantitativos ou mistos).
RESULTADOS ESPERADOS	Transformação social, formação cidadã, fortalecimento comunitário.	Avanços teóricos, descobertas, novos métodos e inovações.
PRODUTO FINAL	Relatórios, materiais didáticos, cursos, campanhas, cartilhas, melhorias sociais.	Artigos, dissertações, teses, relatórios técnicos, patentes, protótipos.
FINANCIAMENTO	Editais institucionais (PROEXT, MEC, fundações) e parcerias públicas/privadas.	Agências de fomento (CNPq, CAPES, FAPESP, etc.) e bolsas de pesquisa.

Fonte: os autores, 2025.

É possível constatar que a extensão e pesquisa são complementares, em que a extensão aproxima universidade e comunidade, devolvendo o conhecimento produzido em forma de ação transformadora, enquanto a pesquisa amplia fronteiras do saber, culminando em teorias, metodologias e inovações. A articulação entre ambas contribui para que a universidade cumpra sua missão social e científica de forma plena, mas faz-se necessário ter a clareza dos objetivos e finalidade que cada uma apresenta.

ESTRUTURA GERAL DE UM PROJETO DE EXTENSÃO

Para submissão de um projeto de Extensão deve-se observar as etapas descritas na publicação da modalidade. Na UFAM faz-se necessário preencher um formulário para Projeto de Extensão que contém os itens descritos no quadro 3.

Quadro 3 – Estrutura de um projeto de extensão.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
<p>1.1 Título: Deve ser claro, conciso e refletir a essência da ação de extensão.</p> <p>1.2 Área: Identificação da área do conhecimento em que o projeto se insere (Ciências Exatas, Biológicas, Saúde, Agrárias, Sociais, Humanas, Linguística, Artes).</p> <p>1.3 Entidade/Instituições parceiras: Registro das instituições envolvidas, internas ou externas à universidade.</p> <p>1.4 Público-alvo: Descrição do grupo ou comunidade beneficiada.</p> <p>1.5 Local de desenvolvimento: Indicação do espaço onde ocorrerão as atividades (campus, escolas, comunidades, centros de saúde, etc.).</p> <p>1.6 Número de beneficiados: Estimativa quantitativa de pessoas atingidas.</p> <p>1.7 Período de realização: Tempo em que a atividade ocorrerá (datas de cursos ou eventos).</p> <p>1.8 Duração: Indicação do tempo total (semanas, meses, semestre).</p> <p>1.9 Vinculação a programas institucionais: Relação com programas institucionalizados de extensão da universidade, se houver.</p> <p>1.10 Vinculação a atividades de ensino: Indicação se integra disciplinas, cursos ou componentes curriculares.</p> <p>1.11 Articulação com pesquisa: Relação com projetos de investigação científica.</p> <p>1.12 Extensão inovadora: Identificação se a ação possui caráter inovador e em que consiste essa inovação.</p>
2. DESCRIÇÃO
<p>2.1 Resumo: Síntese breve do projeto, apresentando objetivos, metodologia e resultados esperados.</p> <p>2.2 Introdução: Fundamentação teórica e contextualização do problema ou demanda social que justifica o projeto.</p> <p>2.3 Objetivo Geral: Definição ampla da finalidade principal da ação.</p>

2.4 Objetivos Específicos: Metas pontuais e operacionais para alcançar o objetivo geral.
2.5 Metodologias: Estratégias, técnicas e etapas que serão utilizadas (oficinas, cursos, palestras, rodas de conversa, atendimentos).
2.6 Referências: Fontes bibliográficas ou documentais que fundamentam a proposta.
3. EQUIPE DE EXECUÇÃO
Descrição nominal da equipe com suas categorias (docentes, discentes, TAEs), funções (coordenador, colaborador, bolsista, voluntário) e carga horária de dedicação ao projeto.
4. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES
Organização temporal das etapas do projeto, indicando períodos de planejamento, execução, acompanhamento, avaliação e socialização dos resultados
5. DOCUMENTOS
Relação de documentos exigidos conforme a modalidade de submissão: comprovante bancário, plano de atividades, termo de compromisso do coordenador e bolsistas, anuência de departamentos ou colegiados, entre outros.

Fonte: os autores, 2025.

INDICADORES

Para a execução é importante estabelecer indicadores de processo e de resultado. Os indicadores de resultado permitem aferir/averiguar o progresso de cada atividade em relação aos objetivos do projeto. Dentre os Indicadores de processo, tem-se o número de oficinas realizadas, participação dos bolsistas, horas de atividade desenvolvidas. Já os indicadores de resultado referem-se ao número de pessoas beneficiadas, impacto na aprendizagem, mudanças sociais observadas. Estes indicadores devem permitir avaliar de que forma o projeto apresentou adequado desempenho em termos de:

- a) Participação da comunidade.
- b) Experiência em todas as suas etapas.
- c) Divulgação, difusão dos procedimentos, acertos e erros do projeto.
- d) Acompanhamento da realização dos resultados e da aplicação dos recursos financeiros.
- e) Avaliação contínua do projeto, envolvendo equipe técnica e comunidade e realizando os ajustes que se façam necessários.
- f) Observação, acompanhamento, monitoramento e os impactos que o projeto poderá causar.
- g) Aferição se o projeto é autossustentável.

AVALIAÇÃO

Muitos podem achar que as atividades de extensão finalizam no momento da execução, na hora em que os responsáveis conseguem executar tudo o que foi realizado no planejamento. No entanto, a última etapa desse processo, a etapa da Avaliação, é tão importante quanto às fases do diagnóstico, planejamento e execução.

A avaliação de todo projeto de extensão deve ser compreendida como um processo reflexivo e inegociável. Avaliação como formação é ir além de perguntar se a atividade realizada “deu certo” ou se “gostaram”. Avaliar implica reconhecer que as atividades são constituídas por saberes e fazeres das pessoas, instituições e parceiros e que também pode ser um momento de aprendizagem.

Nesse sentido, avaliar pode suscitar outros encaminhamentos, como o de aperfeiçoamento das ações extensionistas e o da reflexão crítica sobre os fundamentos teóricos e metodológicos adotados. É também um momento formativo e durante esse processo vários instrumentos podem ser utilizados, como:

- a) **Roda de Conversa:** Deve ser planejado como um espaço aberto, horizontal e dialógico, onde todos possam ter liberdade para expressarem suas opiniões, perspectivas e também sugestões. Sugerimos que seja realizado um roteiro com perguntas norteadoras para dar intencionalidade aos objetivos, e nesse sentido, as questões devem priorizar os aspectos qualitativos. Esse deve ser um momento de compartilhar as diferentes percepções e experiências de todo o processo vivido.
- b) **Questionários com perguntas abertas e fechadas (impresso ou digital):** Esse instrumento permite sistematizar e organizar as respostas de forma mais “prática”. Recomendamos que as perguntas sempre tragam questões subjetivas, para compreensão das percepções que dificilmente conseguiríamos captar em perguntas objetivas.
- c) **Relatos orais e escritos da Comunidade.** Esse tipo de relato é em alguns editais, como o da Ufam, um processo obrigatório para a certificação, mas que deve ser assumido como uma etapa também importante para reflexão crítica do processo vivido. Os depoimentos nos permitem analisar os impactos da extensão na visão dos sujeitos diretamente envolvidos.

- d) **Avaliação por Rubrica:** Trata-se de um formulário com critérios pré-estabelecidos com descritores e níveis de desempenho a ser preenchidos pelos coordenadores, participantes da Liga e comunidade em geral.

Abaixo, segue um exemplo de uma avaliação por rubrica para projetos de extensão

Quadro 4: Rubrica de avaliação para extensão

Critério	Excelente (4)	Bom (3)	Regular (2)	Insuficiente (1)
Quanto à participação de todos os envolvidos	A equipe e comunidade interagiu ativamente em todas as etapas da ação e houve, sempre que necessário, bastante diálogo.	Em sua maioria, os participantes participaram de forma ativa.	A participação foi limitada, reduzida a alguns momentos.	Baixíssimo ou nenhum envolvimento dos participantes.
Quanto à Pertinência e impacto social	Houve um alinhamento claro e importante às demandas da comunidade. É possível perceber concretamente os impactos.	Apesar de ser significativo, o impacto foi parcialmente percebido.	Em relação aos impactos às demandas da comunidade, o projeto demonstrou algumas limitações.	Não houve concretamente respostas às demandas da comunidade.
Quanto às etapas de diagnóstico e planejamento	Percebeu-se que houve um planejamento rigoroso, com etapas bem organizadas e exequíveis.	O planejamento foi bem elaborado, mas houve algumas falhas que podem ser melhoradas	O planejamento apresentou algumas falhas que comprometeram a execução e o impacto das ações.	Não houve um planejamento assertivo ou nem mesmo foi elaborado.
Quanto ao desenvolvimento das atividades	As atividades foram todas cumpridas de acordo com o	As atividades acontecerão de forma satisfatória,	Algumas das atividades acontecerão, e foi perceptível o	As atividades não foram executadas ou tiveram baixíssimo resultado.

	planejamento, ficando visível o impacto das ações.	com bons resultados.	impacto das falhas no processo,	
Quanto à indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão	A atividade potencializou de maneira significativa e evidente a tríade da universidade: ensino, pesquisa e extensão	Houve a evidência de pelo menos dois desses pilares	Indissociabilidade pouco perceptível, ou evidenciada em apenas um dos pilares.	Ausência de articulação; ações isoladas e desconexas.

Fonte: Elaboração dos autores

Ao considerarmos a avaliação como um processo formativo, assumimos outra perspectiva: o da avaliação baseada como uma responsabilidade ética com todos os sujeitos participantes, e nesse sentido, algumas perguntas podem nortear esse processo reflexivo, como: O conhecimento e/ou serviço adquirido e realizado por meio da ação extensionista permitem uma reflexão crítica por parte da comunidade? Houve articulação efetiva entre ensino, pesquisa e extensão? Houve uma adequação metodológica para realização da ação, ou seja, os procedimentos metodológicos adotados foram sensíveis às especificidades culturais, sociais e locais dos participantes?

CONSIDERAÇÕES

Conforme explanado nos tópicos anteriores, o processo avaliativo no contexto da extensão requer uma postura epistemológica baseada na coletividade, participação, dialogicidade e no compromisso ético. Requer um olhar para quem vai participar dessa ação, seus modos de vida, suas formas de aprendizagem e os sentidos políticos, culturais e sociais que atribuem a esse processo. Avaliar, portanto, é um ato político, pedagógico e ético. E, afinal, por que precisamos avaliar uma ação extensionista? Porque nela podemos reconhecer a extensão como prática social transformadora; porque é possível identificar os limites, fragilidades, potencialidades, sentidos e ecos; e porque é avaliando que podemos,

de dentro para fora, reafirmar o papel da extensão para fortalecimento do vínculo entre universidade e comunidades.

Portanto, comungamos com Paulo Freire quando nos adverte que refletir criticamente sobre a prática é um ato de responsabilidade e que é profundamente democrático avaliar para começar a aprender.

REFERÊNCIAS

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 5. Ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. Política Nacional de Extensão Universitária. Brasília: FORPROEX, 2012. Disponível em: <https://proex.ufabc.edu.br/images/forproex/Politica-Nacional-de-Extensao-Universitaria-e-book.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2025.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M.A. Técnicas de pesquisa: planejamento, execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010

UFAM. Guia de Extensão das Ações de Extensão da UFAM, 2006.

UFAM. Resolução 02/CEI/PROEXTI/UFAM, 2007.

UFLA. Orientações para elaboração de um projeto de extensão. 2025. Disponível em: <https://proeec.ufla.br/estagios/40-sem-categoria/542-orientacoes-para-elaboracao-de-um-projeto-de-extensao>

CAPÍTULO 10

TENDÊNCIAS PARA AS AÇÕES DE EXTENSÃO NA AMAZÔNIA: Como transformar a escuta, território e saberes em compromisso social?

INTRODUÇÃO

É na extensão universitária que um cidadão, mesmo sem curso superior, pode entrar na universidade e sentir-se parte dela; onde a criança descobre seus talentos e sonha com uma carreira. É onde os caminhos se cruzam e a sociedade pode perceber que os investimentos públicos destinados ao meio acadêmico retornam para a sociedade (Silveira, 2017, p.2)

A pergunta que inicia o título desse capítulo pode ser respondida a partir de diferentes perspectivas. Uma delas é compreendê-la à luz das abordagens dos temas considerados como transversais e integradores. Esses temas transversais são questões que perpassam e se entrelaçam nos processos formativos dos estudantes e contribuem para uma formação holística e cidadã. Eles não pertencem a um componente curricular específico, mas se integram interdisciplinariamente. Reconhecendo-os como importantes caminhos para buscar perspectivas extensionistas mais integradas com a sociedade, em especial, a Amazônia, cabe às instituições educacionais proporcionar ações que potencializem esses temas no ensino, na pesquisa e na extensão. A ideia de transversalidade é caracterizada em Brasil (2013, p.29) da seguinte forma:

A transversalidade é entendida como uma forma de organizar o trabalho didático-pedagógico em que temas, eixos temáticos são integrados às disciplinas, às áreas ditas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas. A transversalidade difere-se da interdisciplinaridade e complementam-se; ambas rejeitam a concepção de conhecimento que toma a realidade como algo estável, pronto e acabado. A primeira se refere à dimensão didático-pedagógica e a segunda, à abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento. A transversalidade orienta para a necessidade de se instituir, na prática educativa, uma analogia entre aprender conhecimentos.

Nesse horizonte epistêmico, a ideia de “transversalizar” com e pela extensão implica em reconhecer que temas como meio ambiente, saúde, ciência e tecnologia e direitos humanos não pertencem exclusivamente a determinadas áreas do conhecimento, mas são eixos estruturantes de uma formação que ultrapassa a questão curricular específica de

determinada área. Quando relacionamos aos territórios da Amazônia, esses enfoques/abordagens ganham outros elementos mais complexos, pois exige da Universidade um compromisso com as populações historicamente excluídas e com os grupos em vulnerabilidade social⁶.

1ª Tendência: A Extensão e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

“A educação é tanto um objetivo em si mesmo como um meio para atingir todos os outros ODS” (Unesco, 2017, p.1).

Estabelecemos como uma das “tendências” para a extensão universitária a articulação com os objetivos do Desenvolvimento Sustentável, pelas demandas concretas das comunidades com a universidade a partir de problemas urgentes. A Agenda 2030 da ONU delineou 17 objetivos para transformar o nosso mundo:

Quadro 1: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

ODS	Foco
ODS 1. Erradicação da pobreza	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
ODS 2. Fome zero e agricultura sustentável	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
ODS 3. Saúde e bem-estar	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades
ODS 4. Educação de qualidade	Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
ODS 5. Igualdade de gênero	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
ODS 6. Água potável e saneamento	Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos
ODS 7. Energia limpa e acessível	Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos
ODS 8. Trabalho decente e crescimento econômico	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e

⁶ Conforme documento das Nações Unidas (2015, p.8), “as pessoas que estão vulneráveis devem ser empoderadas. Aqueles cujas necessidades são refletidas na Agenda incluem todas as crianças, jovens, pessoas com deficiência (das quais mais de 80% vivem na pobreza), as pessoas que vivem com HIV/AIDS, idosos, povos indígenas, refugiados, pessoas deslocadas internamente e migrantes”.

	trabalho decente para todos
ODS 9. Indústria, Inovação e infraestrutura	Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.
ODS 10. Redução das desigualdades	Reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles.
ODS 11. Cidades e comunidades sustentáveis	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
ODS 12. Consumo e produção responsáveis	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
ODS 13. Ação contra a mudança global do clima	Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.
ODS 14. Vida na água	Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares, e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
ODS 15. Vida terrestre -	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da Terra e deter a perda da biodiversidade.
ODS 16. Paz, justiça e instituições eficazes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
ODS 17. Parcerias e meios de implementação	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Fonte: ONU (2015)

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável citados acima, apresentam metas globais voltadas à erradicação da pobreza, promoção da saúde, educação de qualidade, igualdade de gênero, sustentabilidade ambiental, entre outros compromissos sociais e ecológicos. Essa agenda pode ser diretamente relacionada às diretrizes da extensão universitária, conforme defendido pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, que orienta as ações extensionistas com base na interação dialógica, na interdisciplinaridade e interprofissionalidade, na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, no impacto formativo para os estudantes e na transformação social das realidades envolvidas (Silveira, 2017).

Abaixo, selecionamos algumas das iniciativas que consideramos importantes e que evidenciam a contribuição de práticas extensionistas para atingimento das metas estabelecidas nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Quadro 2: Práticas Extensionistas sobre os ODSs em algumas universidades

rd	Instituição	Atividades
1	UDESC	Desenvolveu um programa de extensão específico denominado de ODS - Conscientização e Práticas abrange os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) Neste Programa, sete Projetos distintos de aplicação prática são propostos, a fim de, sensibilizar a comunidade por meio de comunicações das redes sociais e com aplicações de oficinas, a desenvolverem ações fortemente correlacionados aos ODS. Além de proporcionar a comunidade externa ações sustentáveis, permitem aos bolsistas participarem de congressos e seminários, promovendo o aprendizado e a valorização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. ⁷
2	UNEMAT	Publicou um Edital interno de financiamento de projetos de extensão na modalidade Projetos ODS.
3	PUC-RIO	Possui uma coletânea de projetos de extensão e em todos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável ⁸ .
4	UFPR	Possui uma coletânea de projetos de extensão e em todos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável ⁹
5	USP	Realizou uma premiação específica para reconhecer e premiar docentes e estudantes da Universidade que tenham contribuído para a sociedade por meio da extensão universitária em ações ligadas aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Fonte: Elaborado pelos autores

Como é possível perceber no quadro acima, existem importantes iniciativas e práticas já adotadas pelas universidades quanto à articulação das ações de extensão com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, desde criação de programas e editais específicos ao reconhecimento institucional por meio de premiações. Essas ações legitimam

⁷ Para maiores informações, acessar: <https://www.udesc.br/programaspermanentesextensao/ods>

⁸ Podem ser consultados por meio do seguinte endereço eletrônico: <https://www.puc-rio.br/sobrepuc/admin/vreep/pesquisas.html#:~:text=Os%20ODS%20s%C3%A3o%20guias%20potentes,PUC%2DRio%20na%20inser%C3%A7%C3%A3o%20extramuros.>

⁹ Podem ser consultados por meio do seguinte endereço eletrônico: <http://www.proec.ufpr.br/links/extensao/ods.html>

e evidenciam o compromisso social, científico e institucional das universidades com agendas globais. No entanto, ainda há muitos desafios e embora reconheçamos os avanços e a crescente mobilização das universidades, é necessário que não seja limitada a uma “ação cartorial de conformidade institucional”, mas que seja sempre pensada como uma oportunidade de se adotar a escuta ativa como caminho epistêmico-metodológico e a justiça social e emancipação coletiva como um compromisso político-ético.

2ª Tendência: A Extensão e os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs)

De acordo com a BNCC, os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) devem ser obrigatoriamente abordados nos currículos da Educação Básica pelo entendimento da relação de interdependência entre o currículo escolar e os diferentes modos de vida da sociedade. De acordo com CNE/CEB (2010, p. 24) esse processo preconiza que “a transversalidade orienta para a necessidade de se instituir, na prática educativa, uma analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade)”.

Segundo Moraes (2010), a transdisciplinaridade contribui para o enfrentamento de questões ético-políticas, epistemológicas e metodológicas vinculadas à cidadania planetária, revelando os limites da lógica disciplinar diante da complexidade e da multidimensionalidade que envolvem tais questões. Além disso, essa abordagem busca preservar aspectos relacionados ao desenvolvimento humano em sua totalidade.

De acordo com Brasil (2019) os Temas Contemporâneos Transversais permitem a efetiva educação para a vida em sociedade, tendo em vista que uma das oportunidades decorrentes de sua abordagem é a aprendizagem da gestão de conflitos, que contribui para eliminar, progressivamente, as desigualdades econômicas, acompanhadas da discriminação individual e social. De acordo com a Brasil (2019), os Temas Contemporâneos Transversais são os seguintes:

1. Ciência e Tecnologia
2. Direitos da Criança e do Adolescente
3. Diversidade Cultural
4. Educação Alimentar e Nutricional
5. Educação Ambiental

6. Educação em Direitos Humanos
7. Educação Financeira
8. Educação Fiscal
9. Educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras
10. Educação para o Consumo
11. Educação para o Trânsito
12. Processo de Envelhecimento, respeito e valorização do Idoso
13. Saúde
14. Trabalho
15. Vida Familiar e Social

É significativo reconhecer que a ampliação de temas transversais estabelecidos na Base Nacional Comum Curricular representa um avanço na construção de integração escola-sociedade-universidade. Enriquece os processos educativos à luz da interdisciplinaridade e da interdependência dos saberes construídos cientificamente a vida em/pela/com a sociedade. Abaixo, elencamos estratégias pedagógicas que podem ser realizadas para fortalecer a abordagem dos Temas Contemporâneos Transversais nos projetos de extensão.

Quadro 3: Estratégias de extensão para abordagem dos Temas Contemporâneos Transversais

Tema Contemporâneo Transversal (TCT)	Estratégias de Extensão Universitária
1. Ciência e Tecnologia	<ul style="list-style-type: none"> - Clube de Ciências; - Apresentação de Projetos científicos. Ex: Pequenos cientistas; - Visitas Técnicas de alunos da Educação Básica à Universidade; - Ligas Acadêmicas com socialização de atividades na escola; - Projetos de robótica e programação; - Feira de Ciências; - Olimpíadas; - Desenvolvimento de aplicativos; - Atividades experimentais em espaços não escolares; - Mostra Itinerante;
2. Direitos da Criança e do Adolescente	<ul style="list-style-type: none"> - Rodas de Conversas; - Fóruns de Discussão. - Realização de Curso de Qualificação Profissional;

	<ul style="list-style-type: none"> - Produção de materiais educativos; - Clube de leitura com estudantes - Contação de histórias; - Práticas Esportivas
3. Diversidade Cultural	<ul style="list-style-type: none"> - Oficinas temáticas; - Simpósio; - Roda de Conversa; - Mostras Culturais; - Sarau Cultural - Clube de leitura com estudantes - Teatro comunitário - Coral Universitário - Produção de galerias de arte; - Programas de dança;
4. Educação Alimentar e Nutricional	<ul style="list-style-type: none"> - Horta comunitária escolar; - Oficinas Culinários; - Cursos de Capacitação para a comunidade; - Campanhas contra o desperdício; - Boletim Eletrônico.
5. Educação Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> - Mutirões ecológicos; - Roda de conversas; - Gincanas; - Oficinas de produtos sustentáveis; - Eventos de extensão específicos para discussão das questões ambientais; - Palestras; - Apresentação de documentários; - Trilhas Ecológicas; - Clube de leitura com estudantes - Caminhada ecológica
6. Educação em Direitos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação de filmes e documentários; - Criação de materiais educativos; - Roda de Conversas; - Cursos de Capacitação; - Eventos Científicos. - Sarau Cultural - Caminhada de sensibilização - Clube de leitura com estudantes - Rodas de Memória
7. Educação Financeira	<ul style="list-style-type: none"> - Palestras - Campanhas Educativas;

	<ul style="list-style-type: none"> - Gincanas; - Produção de Material didático; - Prestação de Serviço de orientação; - Atividades de consultoria aberta;
8. Educação Fiscal	<ul style="list-style-type: none"> - Palestras - Campanhas Educativas; - Gincanas; - Produção de Material didático; - Prestação de Serviço de orientação;
9. Valorização do Multiculturalismo	<ul style="list-style-type: none"> - Oficinas temáticas; - Simpósio; - Roda de Conversa; - Sarau Cultural - Caminhada de sensibilização - Teatro comunitário
10. Educação para o Consumo	<ul style="list-style-type: none"> - Palestras - Campanhas Educativas; - Gincanas; - Produção de Material didático; - Prestação de Serviço de orientação; - Apresentação de documentários;
11. Educação para o Trânsito	<ul style="list-style-type: none"> - Ações Educativas; - Podcast comunitário; - Cartilhas de orientação; - Gincanas; - Mídias digitais;
12. Processo de Envelhecimento, Respeito e Valorização do Idoso	<ul style="list-style-type: none"> - Visitas domiciliares; - Rodas de Conversas - Cursos de Capacitação - Prestação de serviços de Educação em Saúde; - Clube de leitura com idosos; - Rodas de Memória - Teatro comunitário; - Ginástica comunitária; - Práticas Esportivas
13. Saúde	<ul style="list-style-type: none"> - Prestação de serviços de Educação em Saúde; - Campanhas de Saúde; - Cartilhas de orientação; - Roda de Conversa; - Cursos de Capacitação; - Visitas Domiciliares;

	<ul style="list-style-type: none"> - Palestras - Diagnóstico participativo; - Boletim Eletrônico. - Práticas Esportivas
14. Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - Atividades de orientação vocacional; - Roda de Conversas; - Projeção de documentários; - Rodas de Memória - Workshop sobre empreendedorismo comunitário - Ações para confecção de currículos; - Mídias digitais;
15. Vida Familiar e Social	<ul style="list-style-type: none"> - Roda de Conversas; - Palestras - Rodas de Memória - Workshop sobre empreendedorismo comunitário - Teatro comunitário - Práticas Esportivas

Fonte: Elaboração dos autores

PARA REFLEXÃO

- ✓ Você conhece o potencial produtivo, econômico e social da região onde a sua instituição está localizada?
- ✓ Que tipos de ações extensionistas podem ser desenvolvidas para contribuir no alcance das metas relacionadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável?
- ✓ Quais Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) exigem ações mais prioritárias considerando o seu território?
- ✓ Quais são as necessidades gerais da sua comunidade?
- ✓ De que forma os ODS e os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) estão sendo incorporados ao currículo e às práticas formativas da instituição?
- ✓ Há possibilidades de parcerias com organizações sociais, lideranças e movimentos locais para organização e execução das ações?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos duas possibilidades de articulação da Extensão com a sociedade como “tendências” por se articularem com temáticas que se integram à dimensão da vida; que se entrelaçam ao cotidiano das pessoas, em especial ao contexto que direcionamos o

nosso enfoque: a Amazônia. Ao nos posicionarmos como ação estratégica das atividades extensionistas vinculadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e aos Temas Contemporâneos Transversais (TCTs), reafirmamos nossa concepção de que a extensão não pode ser reduzida e limitada a uma atividade complementar ou extracurricular. Pelo contrário, ela tem que ser incorporada nos currículos como um pilar substancial na qual há conexões por meio das escutas, dos silêncios e do bem-comum.

Encerramos essa reflexão com uma poesia elaborada ao longo desse processo de escrita, que expressa o que nos move enquanto docentes, enquanto pesquisadores, mas, sobretudo, como cidadãos. Cidadãos que enfrentam desafios e que se tornam resilientes quase que diariamente, enfrentando e reiterando, sempre que possível, que a Educação é um caminho, uma ponte, e em Freire (1997) um ato de coragem e de esperança.

Extensão é escuta, é silêncio atento!

É movimento vivo, é reflexão!

É planejamento, é flexibilidade;

É compromisso e também objetividade.

É transversalizar! É transdisciplinarizar! É decolonizar-se!

Na extensão tem comunidade, vozes, saberes e experiências.

Na extensão também se luta por equidade, justiça e diversidade.

O que move cada ação é o diálogo.

O que sustenta cada passo é o vínculo.

A extensão é para todos, com todos e no/para o território.

E nesse processo, todos ensinam, aprendem, escutam, se humanizam.

E, coletivamente, tornam o mundo melhor.

(Salatiel da Rocha Gomes)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes curriculares nacionais da educação básica*. Brasília, DF: MEC, 2013.

BRASIL. *Temas contemporâneos transversais na BNCC: contexto histórico e pressupostos pedagógicos*. Consulta pública. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2019.

CNE/CEB. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Parecer nº 11, de 7 de outubro de 2010. Diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental de 9 (nove) anos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 dez. 2010. Seção 1, p. 28.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

MORAES, M. C. Complexidade e currículo: por uma nova relação. *Polis, Revista de la Universidad Bolivariana*, v. 9, n. 25, 2010.

NAÇÕES UNIDAS. *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. 2015.

ONU. *Agenda 2030*. Brasília: ONU Brasil, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: [colocar data].

SILVEIRA, N. C. A extensão universitária na Agenda 2030 da ONU. *Raízes e Rumos*, v. 5, n. 1, p. 5–7, 2017.

UNESCO. *Educação para o Desenvolvimento Sustentável: objetivos de aprendizagem*. 2017.

SOBRE OS AUTORES



Professor Adjunto da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Realizo Estágio Pós doutoral em Educação (UPF); Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia, pela Universidade Federal do Amazonas (PPGSCA/ICHL), Mestre em Educação (UA/UFAM), Mestre em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia(UEA); especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Metropolitana de Manaus (FAMETRO); Especialista em Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação em Saúde Coletiva (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), licenciado em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e em Letras-Língua Portuguesa. Possui formação técnica em

Administração de Materiais e Logística pelo Instituto Federal do Amazonas (IFAM). Participa do grupo de pesquisa em Fundamentos da Educação e Ensino de Ciências na Amazônia (UEA) e do Grupo de pesquisa em Processos Civilizadores na Pan Amazônia (UFAM). Desenvolve pesquisas nas áreas de Educação em Saúde, Educação Permanente em Saúde, Educação Popular, Avaliação Educacional na interface Saúde e Educação, Educação Profissional e Tecnológica e Ensino de Ciências. É professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática - PPGEICIN/UFAM e no Instituto de Saúde e Biotecnologia da Universidade Federal do Amazonas.



Professora Adjunta no Instituto de Saúde e Biotecnologia da Universidade Federal do Amazonas (ISB/UFAM), em Coari - Amazonas. Bacharel em Química pela Universidade Federal do Amazonas (2010), em Farmácia pelo Centro Universitário Nilton Lins (2008) e em licenciatura em química pela Universidade Única (2022). Possui Mestrado (2011) e Doutorado (2015) em Química pela Universidade Federal do Amazonas. É bolsista de produtividade da FAPESAM em CTI. Pesquisadora Líder do Grupo de Pesquisa em Química de Biomoléculas da Amazônia (Q-BiomA), Núcleo de Estudos em Saúde das Populações

Amazônicas(NESPA) e Bioprocessos Avançados na Química de Produtos Naturais para o Desenvolvimento Nacional pela Biodiversidade (ABC-NP). Atua nas áreas de Química de Produtos Naturais, frutas Amazônicas, caracterização química de substâncias fenólicas e desenvolvimento de biotecnologias aplicadas a saúde das populações Amazônicas. Atua no desenvolvimento e fortalecimento da bioeconomia e extrativismo, desenvolvimento sustentável e cadeias produtivas dos recursos naturais Amazônicos, principalmente relacionada ao açaí. Realiza projetos de Pesquisa e Extensão relacionadas ao Ensino de Química com projetos de intervenção utilizando práticas experimentais e valorização de saberes tradicionais. Professora no Mestrado Profissional em Ensino de Física - pólo UFAM ICET/ISB.

